

2

O método, os sujeitos e a pesquisadora

Era a minha segunda participação no Noyom (New Orleans Youth Open Mic). Inquieta, ansiava pelo início das apresentações. Também estava aflita para estabelecer contato. Queria interagir com os adolescentes ali presentes, mais que simplesmente observá-los. Queria ouvi-los não só em seus escritos, mas compreender os bastidores de suas poesias. Sentia não bastar “estar no campo”, mas queria viver este campo. Concentrava-me para deixar nada escapar ao *listening*. Precisava promover comunicação. Mas como, se eu me envergonhava do meu Inglês abasileirado? Pouco abria a boca. A não ser para cumprimentar algumas pessoas cujas faces se revelavam amistosas ou familiares – a esta altura, já conhecia e encontrava esporadicamente meia dúzia delas. Mas temia ser incompreendida. Esta barreira se agigantava em meus pensamentos... Até que Quess pôs fim à minha tensão: “Aline, esta menina quer te conhecer. Ela acha teu sotaque divertido e quer conversar”, disse, apresentando-me Richelle. Pronto. O que eu pensava ser embaraço tornou-se mecanismo de aproximação. Começamos a conversar, enquanto outros adolescentes, pouco a pouco, se aproximavam, atraídos pelas gargalhadas que emanavam do promissor bate-papo.¹²

Cheguei cedo. Era o segundo dia do Festival. A programação contemplava aulas durante todo o sábado. À noite, jovens do Rio e da Baixada se apresentariam durante a Mostra de Grupos. Encontrar o local do evento me fez caminhar pela favela. Passar por ruelas em aclave, pedir informação em um botequim, depois novamente a um transeunte. Confesso que estava um pouco tensa, pois o cenário trazia à minha mente imagens e situações que a mídia – o cinema, as novelas, os telejornais, especialmente os noticiários policiais – já havia estabelecido para mim como representação daquele lugar. Eu estava no Cantagalo. Tentava desvencilhar-me de preconceitos. Inclusive, para que tais sentimentos não atrapalhassem minha inserção no campo. Na entrada do Brizolão, logo após passar por uma UPP [Unidade de Polícia Pacificadora], observei o salão ainda vazio. Alguns membros da organização faziam ajustes na área delimitada para as aulas. Outros chegavam, vagarosamente, emanando uma característica fleuma de fim de semana. Eu desejava logo me entrosar com as pessoas e buscava uma justificativa para ali ficar e me misturar. O que falar? Com quem falar? Como começar? Há um código específico entre jovens de favelas? Procurei por Lucas e Ronaldo e não os encontrei, inicialmente. Fui até um balcão indicado como área de credenciamento e uma jovem logo me perguntou se eu já estava cadastrada para as aulas de dança. Eu tinha preferido não me inscrever nas oficinas – admito que me julguei “velha” para tal atividade que exigiria bastante do corpo ao longo do dia. Respondi que não e ela lamentou. Apresentei minha justificativa sobre a idade e ela perguntou quantos anos eu tinha. Admirou-se quando respondi “33”, completando que “não parece” e tentando me encorajar a fazer as aulas. Resisti. E, nesta interação, senti a aflição se dissipar. Já estava me ambientando.¹³

As notas que abrem este capítulo foram feitas durante o campo em Nova Orleans, nos Estados Unidos, e no Rio de Janeiro, Brasil, respectivamente. Ambas refletem bem alguns dos desafios interpostos por esta pesquisa: além de apreensão

¹² Nota registrada no dia 16 de dezembro de 2015. Nova Orleans, EUA.

¹³ Nota registrada no dia 19 de março de 2016. Rio de Janeiro, Brasil.

e ansiedade – sentimentos talvez comuns à maioria dos pesquisadores que se propõem a sair de sua zona de conforto a fim de compreender realidades, relações, práticas aparentemente diversas das suas -, expressam outras provocações advindas da escolha metodológica privilegiada para esta investigação, a etnografia, instrumental caro à Antropologia e que aqui empregamos para um estudo na Comunicação.

O objetivo, como apresentamos na Introdução, é elucidar estratégias de visibilidade – social e midiática – através de práticas de comunicação entre jovens que têm, de alguma forma, identidades e trajetórias estigmatizadas¹⁴, marcadas por traços/características que podem afetar suas interações sociais, como a cor da pele e o local de moradia. Assim como ao olhar antropológico, o que importa a esta pesquisa, em ambiência comunicacional, não é apenas o reconhecimento e registro de diversidade nos projetos juvenis analisados, mas a busca pelo significado de tais iniciativas, performances, ações: o que refletem as experiências que congregam sociabilidade, entretenimento e, em certa medida, empreendedorismo? O fim é aprender sobre juventude, comunicação, representações e visibilidade de modo a colaborar, principalmente, com os sujeitos da investigação.

A despeito das notas iniciais, depreendemos que “falar a mesma língua” dos participantes do trabalho é requisito mínimo para o sucesso de uma análise exploratória qualitativa, que prioriza a pesquisa participante, a entrevista aberta e o contato direto e pessoal com o universo examinado. Entretanto, é exatamente no campo que aprendemos que “falar a mesma língua” é muito mais que dominar regras gramaticais e deter amplo vocabulário formal e informal – preocupações estas que me consumiam inicialmente, principalmente em território norte-americano. A semântica das relações em campo demanda uma compreensão para além do que se diz e escuta. Requer flexibilidade teórica (não se deve buscar no campo aquilo que os livros dizem, é preciso “deixar o campo falar”, como repetem os antropólogos), leveza e simplicidade na conduta (a atuação do pesquisador não deve sobressair à dos sujeitos participantes), desprendimento de preconceções (é preciso escapar das amarras de representações já instauradas) e respeito ao “Outro” que se busca (pois defendemos deixar por terra a associação

¹⁴ Cf.: Erving Goffman, 2012.

da etnografia a um exercício de dominação, no qual o olhar superior do pesquisador é imperativo sobre o dos indivíduos que ocupariam meramente a posição de “objetos observados”).

É sobre estas questões e seus desdobramentos que traçamos uma discussão neste capítulo: metodologia, os campos e os sujeitos, o lugar desta pesquisadora na investigação. A seguir, discorremos sobre os caminhos percorridos ao encontro dos indivíduos e apresentamos os principais informantes que colaboraram com seus depoimentos e apontando outros participantes. Também lançamo-nos a uma reflexão – que se propõe visada teórica – sobre o fazer etnográfico na contemporaneidade sob uma perspectiva feminista, com a qual tivemos contato durante o Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE). Mais: empenhamo-nos na problematização da escolha deste modo de coleta de dados para pesquisar juventudes de diferentes – mas aproximadas, como veremos – culturas, sua aplicação e implicações éticas, bem como o compromisso do investigador nesta empreitada. Concebemos o fazer etnográfico, aqui, para além do levantamento de informações qualitativas, mas nos ocupamos também do comprometimento sobre como transformar observações, entrevistas e notas de campo em representação textual. Pois, é sobre representações, mesmo, que nos debruçamos nesta tese ao concentrar nosso olhar sobre práticas de comunicação enquanto estratégias de visibilidade.

2.1

Sobre a opção metodológica e suas (as minhas) questões

As ações de grupos juvenis são objetos afeitos a investigações da Antropologia, mas aqui tomadas no campo da Comunicação, nossa área de estudo e concentração. Não por acaso, sentimo-nos bastante à vontade quando iniciamos as explorações para esta tese, pois vislumbramos, na possibilidade de desenvolver um trabalho de campo, elementos que também integram a prática do Jornalismo, segmento específico de minha formação. Pois são tarefas também do jornalista, principalmente daquele que segue pela linha investigativa, ouvir e relatar histórias e experiências, valendo-se de pesquisas em profundidade, entrevistas a múltiplas e variadas fontes, análise e reflexão sobre dados e contextos, além do olhar atento e direto ao ambiente em busca de informações não ditas. Com o tempo e na prática,

no desenrolar deste estudo de doutorado, aprendemos as particularidades e os rigores do caminho antropológico e do jornalístico, os pontos congruentes e também de afastamento, assim como buscamos seguir por uma via que se pretende adaptada e própria da etnografia para a Comunicação – não ignorando, obviamente, o berço da metodologia escolhida.

Uma experiência interessante – entre inúmeras vivenciadas – proveniente do fazer jornalístico e do etnográfico diz respeito à questão da objetividade. O pesquisador, como o jornalista, vai a campo com sua bagagem cultural. Mesmo buscando o rigor acadêmico – enquanto o jornalista segue no rastro da precisão na apuração –, está sujeito às próprias experiências e preconceções ao olhar para os indivíduos em busca de seus contextos e práticas. Afinal, “a vida comum não é um laboratório e a observação cotidiana dos fenômenos não segue as normas da metodologia científica”, como bem pondera o sociólogo Luiz Eduardo Soares (2005, p.184).

Em *Relativizando, Uma Introdução à Antropologia Social*, DaMatta faz importante alerta sobre as particularidades da observação de temas das Ciências da Sociedade, ou Ciências Sociais, em comparação aos tópicos de interesse das Ciências Naturais. Enquanto estas últimas, para o autor, dedicam-se a investigações que podem ser reproduzidas em contextos controlados em um laboratório, permitindo por isso repetição e acompanhamento sistêmico, inclusive por dois observadores diferentes situados em locais distintos, as primeiras já não têm assegurada tal condição de objetividade. Pois, justifica DaMatta (1987, p.18):

As chamadas “ciências sociais” estudam fenômenos complexos, situados em planos de causalidade e determinação complicados. Nos eventos que constituem a matéria-prima do antropólogo, do sociólogo, do historiador, do cientista político, do economista e do psicólogo, não é fácil isolar causas e motivações exclusivas. Mesmo quando o sujeito está apenas desejando realizar uma ação aparentemente inocente e basicamente simples, como o ato de comer um bolo. (...) A matéria-prima das “ciências sociais” são eventos com determinações complicadas e que podem ocorrer em ambientes diferenciados tendo, por causa disso, a possibilidade de mudar seu significado de acordo com o ator, as relações existentes num dado momento e, ainda, com a sua posição numa cadeia de eventos anteriores e posteriores.

Nessa consideração inserimos o “fenômeno” específico que estudamos: práticas de comunicação – que aqui delimitamos como modos de expressão através da dança, da produção textual, da fotografia, da moda – como via de

visibilidade de jovens. E, ainda, como tais práticas podem colaborar para um processo de inclusão e de pertencimento destes indivíduos – que experimentam situações de desigualdade muito em função de seu território de moradia ou da cor da pele – à sociedade e à cidade. Assim, usar determinado tipo de roupa e dançar determinado estilo de música são eventos que podem apresentar distintos significados se ocorridos em um baile em uma favela carioca ou em uma festa em uma boate chique da Zona Sul do Rio de Janeiro, por exemplo.

DaMatta (1987) depreende ainda de sua argumentação o fato de que, apesar de observáveis, os elementos que configuram a base de estudo nas Ciências Sociais, em geral, não podem ser reproduzidos, enquanto apresentam outro aspecto a ser enfrentado pelo olhar do pesquisador: a própria história, crenças, interesses, preconceitos do estudioso, como também citamos anteriormente. De tal modo, é prudente compreender que “o problema não é o de somente reproduzir e observar o fenômeno, mas substancialmente o de *como* observá-lo” (DAMATTA, 1987, p.22), afinal, estudar a sociedade é estar ciente de que nela o investigador pode interferir, assim como também pode por ela ser afetado, em virtude da complexa interação entre investigador e sujeito(s) investigado(s) – relembremos os relatos de William Foote Whyte (2005) em seu estudo *Sociedade de Esquina*.

Como bem pontua Gilberto Velho (1978, p.123), “a noção de que existe um envolvimento inevitável com o objeto de estudo e de que isso não constitui um defeito ou imperfeição já foi clara e precisamente enunciada”. Porém, faz-se imprescindível pontuar o rigor científico enquanto objetividade relativa, mais ou menos ideológica e sempre interpretativa, conforme o próprio Velho indica, já que há a dimensão de subjetividade envolvida no trabalho de campo.

Diante disso, assumimos que a pesquisa no campo das Ciências Sociais Aplicadas tem certa dependência, entre outras coisas, da biografia do pesquisador. Foi refletindo sobre o fazer jornalístico, minha experiência, minha trajetória, meu lugar – de busca intelectual, de mulher, de jovem, de negra, de moradora da periferia em uma cidade do interior de Minas Gerais – que comecei a percorrer os trilhos da investigação acadêmica. Trabalhando em uma redação de telejornal, sentia-me descontente com a forma como eram tratados nos conteúdos jornalísticos – conteúdos que eu ajudava a produzir, inclusive – outros sujeitos como eu. Desta perspectiva surgiu minha pesquisa de mestrado – cujo epicentro se

mantém ainda hoje: ter como interlocutores jovens de classes populares, favelados, negros. Depois de muito lapidar e discutir, vi nascer minha dissertação: um estudo de recepção do Jornal Nacional entre jovens da periferia de Juiz de Fora – MG, sob a orientação da professora Dra. Cláudia Regina Lahni, no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Já nesta tese, desenvolvida na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, sob a orientação da professora Dra. Cláudia Pereira, o olhar volta-se não mais para as percepções que os jovens têm de suas representações na mídia, mas para como estes jovens buscam se (auto)representar em suas próprias produções, estratégias de visibilidade – e, por que não, em resposta às representações midiáticas.

A partir do século XX, o advento do trabalho de campo sistemático como modo característico de coleta de dados para a pesquisa antropológica, segundo Roberto DaMatta (1987, p.144), possibilitou ao cientista social não só ter contato direto com seus pesquisados, mas também “entrar em um processo profundamente relativizador de todo o conjunto de crença e valores que lhe é familiar”, empreendendo uma investigação para além da classificação de curiosidades ordenadas historicamente. Ao esclarecimento de DaMatta, somamos o pensamento de José Guilherme Cantor Magnani (1996), que também contempla a pesquisa de campo como caminho metodológico que

não dispensa o caráter relativizador que a presença do "outro" possibilita. É esse jogo de espelhos, é essa imagem de si refletida no outro que orienta e conduz o olhar em busca de significados ali onde, à primeira vista, a visão desatenta ou preconceituosa só enxerga o exotismo, quando não o perigo, a anormalidade (MAGNANI, 1996, p.21).

Conforme Celso Ferrarezi Júnior (2013, p.67), “ao escolher a metodologia, é preciso ter bem claro qual a que mais se enquadra em seus objetivos de pesquisa”. Uma vez que, no cerne desta tese, também figura a preocupação em como transformar nossos estudos em instrumentos que vão ajudar os sujeitos envolvidos, quem sabe melhorar suas vidas, e não apenas interferir nelas, optamos, pois, pelo fazer etnográfico como metodologia diletta, por compreender que esta via compreende o diálogo entre o olhar do pesquisador e o de seus interlocutores; e assumimos, assim, todos os riscos derivados deste caminho.

Tal finalidade soma à nossa pesquisa mais preocupações no que tange à

justeza metodológica e, principalmente, ética. Em busca de um ajustamento particular para a realização deste estudo, encontramos, na perspectiva de estudos feministas, apontamentos com os quais nos identificamos e a partir dos quais passamos a guiar tanto nossa atuação em campo quanto a construção textual desta tese. Por isso, posicionamos este trabalho como um empreendimento feminista, nos moldes descritos por Margery Wolf (1992) e Gesa Kirsch (1999), pesquisadoras de quem conhecemos o trabalho durante o Doutorado Sanduíche na *Tulane University*. A premissa destas autoras é o comprometimento com o “Outro”, suprimindo hierarquias entre investigador e investigado.

Em *A thrice told tale: feminism, postmodernism & ethnographic responsibility*, Margery Wolf (1992) traça uma exploração pessoal sobre como fazer etnografias, com foco no conteúdo obtido, considerando aspectos teóricos e políticos do método. A motivação deste trabalho, explica a autora, surgiu ao resgatar em seus arquivos anotações de um estudo feito na década de 1960, em uma vila, em Taiwan. Margery comparou sua própria pesquisa em textos publicados em diferentes revistas e épocas, e percebeu que havia discrepâncias. A investigadora destaca que, à ocasião do estudo, ela pensava como esposa e assistente de seu marido, antropólogo, que realizava seu primeiro trabalho de campo. Três décadas depois, ela teceu suas análises por si mesma, por seu olhar especialista. Assim, Wolf sublinha que não está interessada em discutir a epistemologia da Antropologia, mesmo reconhecendo que tal abordagem é importante. Todavia, seu foco é explorar o conteúdo, o que se obtém nas etnografias. Desta forma, apresenta um mesmo evento observado em campo, mas que originou três histórias diferentes¹⁵, com perspectivas, abordagens e olhares distintos, escritos também em estilos diferenciados. É a partir de cada um dos textos que a autora trabalha metodologia e atitudes em campo, jogando luz ao desenvolvimento de nossa própria pesquisa.

Outro referencial que nos conduz metodologicamente, Gesa E. Kirsch (1999) discorre sobre aspectos políticos da pesquisa qualitativa feminista. Em *Ethical Dilemmas in Feminist Research - The politics of location, interpretation,*

¹⁵ Julgo pertinente registrar que o evento relatado por Wolf novamente me remete ao campo jornalístico, no qual um mesmo acontecimento pode ser reportado de diferentes formas, não apenas em função da linha editorial do veículo de comunicação, mas considerando o trabalho realizado em si pelo jornalista (pessoas entrevistadas, dados obtidos, profundidade da pesquisa e observação) e a articulação do material obtido com as próprias experiências do profissional. Pois, definitivamente, não há imparcialidade na construção jornalística.

and publication, a autora avalia como o poder institucional e individual pode modelar as ligações entre pesquisadores e sujeitos pesquisados, a relação entre a interpretação dos dados e as exigências para publicação, bem como as dimensões éticas do trabalho de campo feminista. Segundo Kirsch, os princípios feministas de pesquisa surgiram como crítica a métodos positivistas nas Ciências Sociais, especialmente nas pesquisas sobre mulheres, já que muitas vezes as investigações não eram benéficas às próprias participantes. Para Gesa, pesquisas feministas têm obrigação moral com o outro, a começar por entrevistas interativas, colaborativas e menos hierárquicas. O princípio está no compromisso de melhorar a vida, de alguma forma, das pessoas interlocutoras da investigação, transformando-as efetivamente em protagonistas, agentes reflexivas sobre suas realidades e condições: “para criar oportunidades de aprendizagem recíproca e, mais importante, para capacitar as participantes a mudar as condições de suas vidas” (KIRSCH, 1999, p. 3, tradução nossa)¹⁶.

Nesta investigação, na qual temos como agentes centrais jovens homens e mulheres, reforçamos que tomamos a perspectiva feminista, como apresentada por Kirsch e Wolf, como guia, uma vez que concordamos com sua proposta de empoderar e beneficiar os sujeitos envolvidos, vislumbrando por esta via importante contribuição aos propósitos de nossa tese. Como afirma Kirsch, “a teoria também tem convidado os marginalizados a virem ao centro da pesquisa, tanto como participantes que podem fazer ouvir suas vozes, quanto como pesquisadores em suas próprias comunidades e culturas” (KIRSCH, 1999, p.15, tradução nossa)¹⁷.

A partir de discussões empreendidas por Gesa Kirsch e Margery Wolf, também nós refletiremos sobre desdobramentos do nosso trabalho de campo, agregando, ainda, contribuições de Cicilia Peruzzo (2003) para que possamos, ao fim, propor linhas-guias da etnografia para a pesquisa em Comunicação. São duas – destacadas entre tantas possíveis – as vertentes que buscamos problematizar: (1) a primeira sobre o posicionamento do pesquisador – desta pesquisadora – em relação aos sujeitos participantes do estudo; (2) a segunda insere-se no campo da

¹⁶ Tradução livre do original: “...to create opportunities for reciprocal learning, and most importantly, to empower participants to change the conditions of their lives”.

¹⁷ Tradução livre do original: “standpoint theory has also invited those on the margins to come to the center of research, both as participants who can make their voices heard and as researchers in their own communities and cultures”.

interpretação, sobre como experiências vividas e observadas são transformadas em dados acadêmicos. Antes, porém, faz-se necessário apresentar, de forma ampla, os campos e os indivíduos no centro desta tese.

2.2

Rio e Nola: Os campos são as cidades e as juventudes, as protagonistas

O encontro dos participantes desta investigação não foi de todo proposital, tampouco ao acaso. Direcionar ao Rio de Janeiro – e não a outro município brasileiro – o olhar em busca de juventudes foi ação motivada pela representatividade que este lugar tem no cenário nacional, seja política, econômica e, principalmente, culturalmente. O fato de esta tese ser realizada em um Programa de uma instituição carioca também foi aspecto relevante, além de guardarmos, de modo particular, estima por esta cidade tão próxima da nossa de origem¹⁸. Nova Orleans, no Sul dos Estados Unidos, materializou-se como importante desdobramento do campo, adendo possibilitado no momento em que fui aprovada para o Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Com o aceite e respaldo do Centro de Estudos Latino-Americanos da *Tulane University* e sob a orientação da professora Dra. Vicki Mayer, foi possível estender a outro território a observação de estratégias de visibilidade entre jovens.

Os campos são, então, as cidades (Figura 01): Nola e Rio¹⁹ encerram espaços privilegiados para experiências diversas quando pensamos nas juventudes que por elas circulam. São locais ricos em tradições culturais, com variados modos de vida e ilimitadas possibilidades de troca e contatos. Ambas têm o turismo como uma das fontes de renda e alimentam representações que as identificam mundialmente com o *ethos* da festa: como o famoso *Mardi Gras*²⁰ norte-americano e o épico Carnaval carioca de blocos e escolas de samba. A promessa de informalidade em relações pessoais e um relativo anonimato da vida cotidiana são possibilidades que também perpassam a identidade das duas

¹⁸ Esta pesquisadora é natural de Juiz de Fora, município da Zona da Mata de Minas Gerais, a 180 quilômetros da capital fluminense.

¹⁹ Nomes abreviados para Nova Orleans e Rio de Janeiro, respectivamente, usados popularmente.

²⁰ Afamado carnaval de Nova Orleans que, assim como o do Rio de Janeiro, atrai turistas do mundo inteiro. Do Francês, “*mardi gras*” significa “terça-feira gorda”.

idades. São espaços que sofrem com problemas de grandes centros urbanos, como a criminalidade, mas, ainda assim, oferecem lugares de lazer a turistas e seus habitantes – mesmo que os residentes tenham que estabelecer, por suas próprias práticas, tais espaços de encontro e entretenimento.

Assim como afirma Magnani (1996) – em estudo sobre São Paulo –, Rio de Janeiro e Nova Orleans são, igualmente, metrópoles, “com suas mazelas e também com os arranjos que os moradores fazem para nela viver (ou sobreviver), combinando o antigo e o moderno, o conhecido e a novidade, o tradicional e a vanguarda, a periferia e o centro” (MAGNANI, 1996, p.19). Caminhar pelo Centro do Rio, assim como por Downtown em Nola, é percorrer a História no presente, é perder-se entre prédios centenários que dividem espaço com construções contemporâneas, é surpreender-se com uma inusitada apresentação artística em uma esquina e deparar-se com a triste realidade de pedintes em outra. É distrair-se com ecléticas possibilidades de entretenimento e lazer e contemplar a diversidade das produções, é percorrer caminhos significativos para a trajetória de seus respectivos países, mas recuar o passo ao constatar que ruas podem não ser tão seguras.

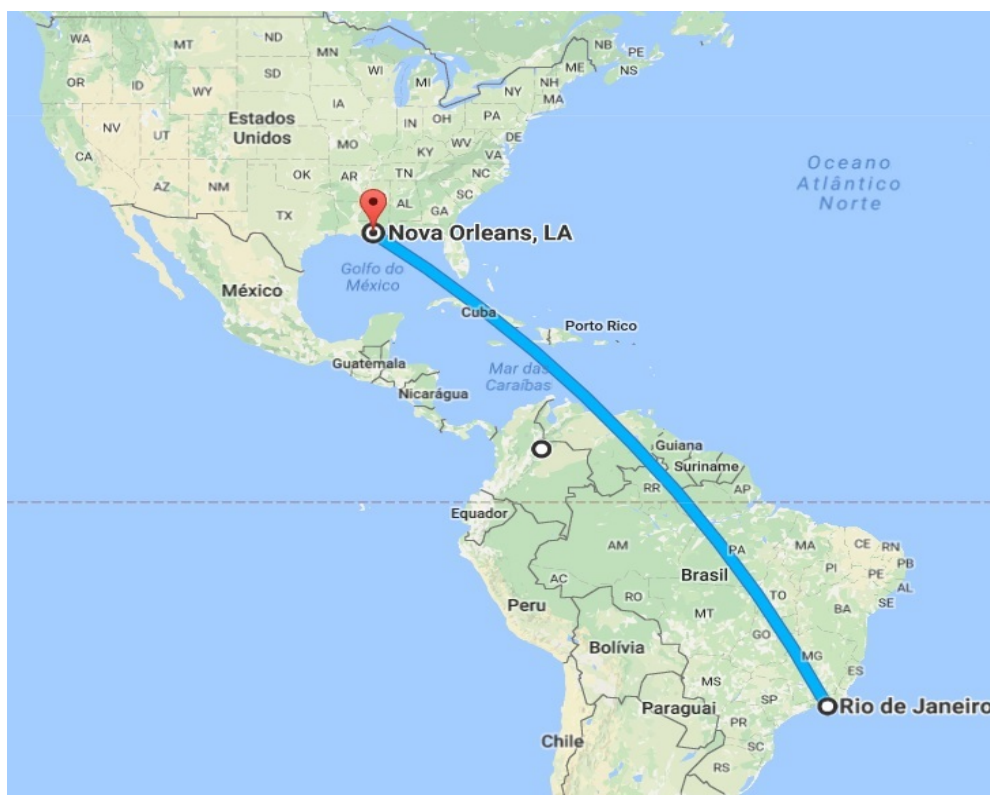


Figura 01: Do Rio a Nola, de Nola ao Rio | Fonte: Google Maps, 2016.

Ao longo dos quatro anos do doutorado, dediquei minha atenção a estes espaços e à busca por suas juventudes: ao Rio, desde o meu ingresso no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da PUC; à Nola, a partir de 2014, quando submeti um artigo para ser apresentado em uma conferência, na Tulane. De maneira mais detida, engajada em observações diretas, realização de entrevistas e vivência de práticas de comunicação juvenis, foram dois anos, 2015 e 2016: estando no Brasil e morando a duas horas de carro (ou três horas de ônibus) da capital fluminense, as viagens ao Rio de Janeiro, principalmente nos finais de semana, tornaram-se frequentes, a fim de ir ao encontro dos jovens, conhecer e participar de seus eventos, conviver; residindo nos Estados Unidos por quase sete meses, do fim de agosto de 2015 a meados de março de 2016, vi-me submersa no campo, devotada a compreender as relações desencadeadas entre os sujeitos jovens no contexto de uma cultura diferente da minha – daí o benefício, em minha experiência, da imersão para encorajar e dar tempo à compreensão.

É honesto dizer que, logo após a definição da etnografia como caminho metodológico a ser percorrido nesta tese, preocupava-me como se daria a entrada efetiva no campo. Pois as leituras e recomendações, até então, para este tipo de projeto acadêmico, remontavam a estudos empreendidos por anos de residência do pesquisador no ambiente pesquisado. Conforme salienta José Guilherme C. Magnani (1996), é preciso admitir que, para muitos, o modo de operar etnografias ainda carrega marcas das primeiras incursões a campo, com conceitos e instrumentos de pesquisa forjados no estudo dos então considerados “povos primitivos”. Porém, hoje – e felizmente para esta pesquisa –, quando o campo é a cidade, nem sempre todo o tempo é gasto com o grupo que se pesquisa. Novos desafios e problemas emergem, dada a complexidade de articulações da economia, do poder, da organização social e da produção simbólica que envolve os sujeitos habitantes das metrópoles.

Gilberto Velho (1978) discorre sobre “a ideia de tentar pôr-se no lugar do outro e de captar vivências e experiências particulares”, ação que, segundo o autor, “exige um mergulho em profundidade difícil de ser precisado e ser delimitado em termos de tempo” (VELHO, 1978, p. 124). Ao nos depararmos com esta colocação, inicialmente, tememos a falência de nosso projeto. No entanto, prosseguindo a leitura, compreendemos que Velho introduzia uma

discussão muito mais abrangente, visando para além de dias contados, mas considerando as questões de “distância social” e “distância sociológica” – o debate sobre pesquisar o que nos é “familiar”.

Segundo Cláudia Pereira (2008), é preciso considerar que hoje fazemos pesquisa em contextos e campos distintos dos primeiros antropólogos, que focavam majoritariamente seus esforços em comunidades tribais. Na atualidade, o campo é o urbano, a cidade, onde já estamos. Pereira ilustra com sua tese de doutorado: ela avaliou as regras e valores sociais que estão direta e implicitamente ligados à profissão de modelo no Brasil, analisando a construção de uma identidade feminina entre adolescentes e as representações sociais presentes em um dado padrão de corpo propagado no mercado da moda e na mídia. Para tanto, realizou trabalho de campo entre os anos de 2005 e 2007 em dois cursos para formação de modelos no Rio de Janeiro (o Projeto Lente dos Sonhos, na Cidade de Deus, e o Curso para Modelo e Manequim, do Centro de Tecnologia em Moda do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac).

No decorrer da pesquisa, relata Pereira em sua tese, a autora não se mudou de seu apartamento na Zona Sul do Rio de Janeiro para realizar as observações. Mas deslocava-se, periodicamente, aos campos de análise:

Durante o trabalho de campo, tive a oportunidade de vivenciar, na prática, o encontro entre o familiar e o exótico, clássica discussão empreendida por DaMatta (1981 [1974]) e Velho (1999 [1978]) na antropologia brasileira. De um lado, a exótica Cidade de Deus, favela da Zona Oeste carioca, famosa pela violência retratada em livro e filme. Convivendo durante cinco meses, de 14 de março a 17 de agosto de 2005, com moradores do lugar, entre eles alunas do Projeto Lente dos Sonhos, descobri a rotina de indivíduos que estudam, trabalham e sociabilizam-se. Do outro lado, a familiar Copacabana, onde moro e que é, caracteristicamente, um bairro que reúne uma grande heterogeneidade de estilos de vida. (...)

Nos dois lugares, a observação participante, em um total de dez meses, consistiu em observar as aulas, acompanhar o desenvolvimento das alunas, registrar em detalhe as técnicas ensinadas, anotar as falas dos professores e assistir os desfiles que fizeram parte do decorrer e do encerramento das aulas. O fato de estar bem acima da idade máxima para a inscrição nos cursos impediu-me de participar como aluna e minha opção foi revelar minhas intenções e assumir, para todos, a identidade de pesquisadora. Sempre que possível, procurava contribuir com a aula, ajudando na troca de músicas ou emprestando um DVD de um desfile de moda para ser exibido. Em nenhum momento senti que o fato de permanecer em sala como observadora prejudicou, de forma determinante, as situações observadas durante as aulas (PEREIRA, 2008, p.16).

A experiência de Pereira apontou para a exequibilidade da minha proposta. Inclusive se considerarmos que os jovens sujeitos da investigação se reúnem, presencialmente, em eventos previamente agendados, a maioria nos finais de semana (ao menos no Rio de Janeiro), mantendo frequente contato “virtual”²¹ (via redes sociais digitais, como o *Facebook*, o *Instagram* e o *WhatsApp*) durante os dias úteis de trabalho e estudo. Magnani (1996) também joga luz a este contexto quando reflete sobre o fato de que “não se necessita ir muito longe para encontrar o ‘Outro’”, pois, ao contrário do pensamento evolucionista dos primórdios da Antropologia, hoje se reconhece que “basta uma caminhada pelos grandes centros urbanos e logo entra-se em contato com uma imensa diversidade de personagens, comportamentos, hábitos, crenças, valores” (MAGNANI, 1996, p.3). De tal modo, a imersão anteriormente realizada por anos nas comunidades pesquisadas já não se apresenta como única possibilidade de observação deste campo que hoje é também o urbano.

Ao próprio questionamento sobre a capacidade de estudiosos da Antropologia superarem “a tentação do ‘padrão aldeia’ e assim [articularem] a singularidade de seu objeto com outras variáveis da vida urbana, principalmente nas grandes e superpovoadas metrópoles” (1996, p.4), Magnani responde com exemplificações de pesquisas por ele empreendidas tendo São Paulo como campo. O projeto intitulado “Os Pedacos da Cidade”²², por exemplo, compreendia como instrumentos: caminhadas por ruas previamente selecionadas, observação direta e classificação.

Entre objetivos e desafios, sobressai o alento da observação de Mariza Peirano (1992), citada por Magnani:

Não há como ensinar a fazer pesquisa de campo como se ensinam, em outras ciências sociais, métodos estatísticos, técnicas de *surveys*, aplicação de questionários. (...) a pesquisa depende, entre outras coisas, da biografia do pesquisador, das opções teóricas da disciplina em determinado momento, do contexto histórico mais amplo e, não menos, das imprevisíveis situações que se configuram no dia-a-dia no local da pesquisa, entre pesquisador e pesquisados. (PEIRANO, 1992, p.13 apud MAGNANI, 1996, p.15)

Foi por estas guias orientativas que busquei e encontrei os sujeitos nos

²¹ O ambiente virtual como campo será abordado no item 1.2.3.

²² Segundo Magnani, esta pesquisa foi realizada entre 1989 e 1990, na cidade de São Paulo, com apoio do CNPq e a participação dos integrantes do Núcleo de Antropologia Urbana.

campos urbanos: conversando com as pessoas e observando o cotidiano e as mídias, cheguei aos jovens do passinho no Rio de Janeiro, dançarinos, idealizadores de concursos e mostras; bem como aos jovens das palavras de Nova Orleans, organizadores e participantes de eventos de poesia, alguns deles perpassando também a via da moda como identidade e do empreendedorismo. Nas práticas de comunicação destes grupos de regiões distintas, focamos na observação das estratégias de visibilidade, testemunhando o corpo falar em esquemas de autorrepresentação pela dança, pela fotografia e pelo texto escrito e declamado.

2.2.1

No Rio: o passinho

O passinho carioca é mídia na favela. São imagens que retratam tudo que tem nela.

Trecho da música *Passinho Carioca*, MC Carolzinha da CDA (2016)

No Rio de Janeiro, conduzimos nosso olhar para as favelas, aglomerações marcantes na composição urbana carioca, como anuncia a Figura 02. Ao longo de sua trajetória, o Rio passou por processos inerentes ao histórico de grandes centros urbanos, como a elevada taxa de crescimento populacional e os desafios advindos deste processo. Com o tempo e confinado entre o mar e as montanhas, o município viu-se carente em áreas livres para fácil expansão, principalmente para acomodar a população pobre, o que acabou por estimular assentamentos irregulares, muitos em encostas. Não por acaso, o Rio proporciona paisagens expressivas, que mesclam cenários naturais – já apropriados e mundialmente comercializados pelo turismo – e a visualidade pronunciada de casebres que se amontoam, há décadas, em morros, muitas vezes desafiando a engenharia.

Inseridas em uma lógica da formação econômica, social e cultural, as favelas surgem e se espalham pela capital fluminense ao longo dos séculos XIX e XX. A primeira teria sido criada, segundo uma das teses mais difundidas, no fim do século XIX, a partir da ocupação do Morro da Providência por militares sobreviventes da Guerra de Canudos. Estas pessoas passaram a tratar o novo lugar de moradia como “Morro da Favela”, em referência a uma planta nordestina de mesmo nome (ABREU, 1987). A partir do episódio ocorrido em 1897, outros

morros da cidade foram sendo ocupados, ao longo das décadas, congregando a população humilde e miserável, seja aquela expulsa do centro da cidade, seja a recém-chegada ao município: todas impactadas, em alguma medida, pela proibição e demolição dos cortiços, em um momento, e pelas reformas e modernização da área central capitaneadas por autoridades públicas, em outro.



Figura 02: Contrastes Cariocas | Cantagalo, Pavão-Pavãozinho, Copacabana e o Mar
Foto: Aline Maia (2016).

Em 1970, existiam aproximadamente 300 favelas no Rio de Janeiro (PERLMAN, 2012). Quatro décadas depois, a cidade já somava mais de 700 favelas, segundo o Censo 2010, reunindo mais de 1 milhão e 300 mil pessoas, ou seja, mais de 20% dos moradores cariocas. A apelidada Cidade Maravilhosa é a que tem a maior população vivendo em aglomerados subnormais no país, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)²³. Um considerável contingente numérico tratado historicamente como minoria sociocultural. Resquícios de uma trajetória muito relacionada à questão do território e sua identificação.

Observamos na história destes espaços cariocas, inicialmente, um esforço para erradicá-los, em um equivocado entendimento das favelas como problema de

²³ Pesquisa “Aglomerados Subnormais”, divulgada em 2013 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), baseada em dados do Censo 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/aglomerados_subnormais/default_aglomerados_subnormais.shtm Acesso em dezembro de 2014 e janeiro de 2015.

saúde pública e cancos morais. Depois, tentativas para melhorá-los e integrá-los à cidade, mas com métodos questionáveis aos propósitos (SANTOS, 1981; ABREU, 1987; BURGOS, 2003; OAKIM, 2014). Mais recentemente, desde os anos 2000, acompanhamos o empenho de distintos setores da sociedade em vigiar estes territórios, tomados como objeto representativo de ameaça e perigo à harmonia da cidade, e que por isso precisam ser constantemente monitorados, assim como seus moradores.

Segundo Marcelo Burgos (2003), desde o primeiro plano oficial voltado para as favelas do Rio de Janeiro, percebem-se abordagens muito mais preocupadas com o mal-estar provocado por estes espaços à cidade do que com o cuidado e atendimento aos direitos básicos dos moradores destas regiões. Medidas como o controle da entrada de migrantes de baixa renda social no Rio, campanhas de reeducação social e proibição de construção e reformas de casebres vão se repetir entre as “providências” tomadas ao longo da história das favelas cariocas, a fim de controlar ou extinguir estes locais. Consequentemente, tornou-se senso comum que os favelados não são “vistos como possuidores de direitos, mas como almas necessitadas de uma pedagogia civilizatória” (BURGOS, 2003, p.28).

O raciocínio de Burgos somado ao de outros pesquisadores ajuda-nos a compreender o olhar da “falta” direcionado aos residentes de favelas: visadas e representadas a partir de parâmetros definidos por grupos sociais de maior poder econômico, político e cultural, as pessoas da favela – e os jovens, claro, estão inseridos neste contexto, amplamente vivenciando tal experiência – acabam por ser caracterizadas por aquilo que, aparentemente, não teriam em comum, em condições materiais e culturais com a metrópole. “A definição dos espaços populares pela negação tem sido um elemento recorrente desde a instituição dos primeiros espaços habitados pelas populações de baixa renda nas cidades brasileiras”, conforme Janice Perlman (2012, p. 218). Em geral, os territórios populares são classificados e estereotipados sob uma lógica sociocêntrica, identificada com referências e valores característicos de setores sociais médios.

A despeito desta concepção, Jáilson de Souza e Silva e Jorge Luiz Barbosa (2005, p.24), ao indagarem “o que é uma favela” a pessoas de diferentes grupos sociais e categorias profissionais, constataram: “O eixo de representação de favela é a noção de ausência. Ela é sempre definida pelo que não teria: um lugar sem

estrutura urbana – água, luz, esgoto, coleta de lixo – sem arruamento, sem ordem, sem lei, sem moral e globalmente miserável”. Neste ínterim, salta a atenção necessária aos processos de identificação que levam à construção da ideia de favela e de seus moradores, considerando que a forma de identificar pessoas e grupos não é uma atividade inócua. Ao lado do próprio Estado e suas políticas de nomeação da favela, ganha também centralidade a mídia, importante dispositivo nos jogos de representação de lugares, pessoas, situações.

É nesta composição que decidimos investigar práticas de comunicação, tomando como foco de observação jovens de favelas do Rio, partindo da premissa de que a discriminação dos espaços favelados é histórica e recorrentemente imputada também a seus moradores. O estigma, aqui, enquanto atributo depreciativo (GOFFMAN, 2012), manifesta-se no território de moradia. E o objetivo foi averiguar o quanto a invisibilidade advinda da geografia motiva/influencia a produção de estratégias outras de visibilidade entre os sujeitos juvenis, posicionando esta pesquisa em ponto extremo ao de estudos que tendem a reduzir jovens favelados a “problemas sociais”. Como brada Lucas, um dos participantes deste estudo, é preciso “ressignificar este estigma de que favela é carência. A gente diz que favela é potência. Favela é totalmente diferente”.

Atenta à mídia de massa, às mídias sociais digitais, conversando com moradores, produtores e mobilizadores culturais do Rio, conheci o *passinho*: um estilo de dança criado por jovens nas favelas cariocas, no início dos anos 2000, e que aos poucos passou a atrair a atenção pública, conquistando espaço em meios de comunicação tradicionais, virando atração em eventos para além de fronteiras fluminenses e brasileiras. Assistir ao documentário *A Batalha do Passinho - O filme* (2012)²⁴, de Emílio Domingos, foi decisivo para eleger e compreender tal dança como uma prática de comunicação merecedora de avaliação enquanto estratégia de visibilidade entre favelados. Misturando movimentos do *funk*, com samba, frevo e *hip-hop*, “o passinho carioca é mídia na favela”, canta MC Carolzinha da CDA.

²⁴ A produção independente da Osmose Filmes tem 75 minutos de duração e mostra, através de depoimentos de dançarinos, a origem e evolução do passinho, assim como elucida a importância da internet no processo de divulgação e visibilidade da dança. Eleito Melhor Filme na Mostra Novos Rumos da Première Brasil – Festival do Rio 2012, e Melhor filme de longa-metragem pelo júri popular no 4º Festival de Cinema Curta Amazônia, ‘A Batalha do Passinho’ foi gravada entre 2011 e 2012. O filme chegou às salas de cinemas em agosto de 2013 e, depois da estreia no Brasil, foi exibido também em cursos de cinema e festivais no exterior, como na França, Inglaterra, Holanda, Portugal e Estados Unidos, segundo nos relatou o diretor Emílio Domingos, em entrevista.

Perseguindo o passinho, cheguei aos grupos observados no Rio de Janeiro: jovens idealizadores e produtores de eventos – concursos, mostras e festivais – realizados nas favelas ou em outras áreas da cidade carioca; assim como dançarinos, também chamados de *passistas* ou, pela flexibilidade e versatilidade corporal demonstrada, moleques de mola – “muleke”, “mlk”, “mlk brabo”, “mlk sinistro” ou ainda “canela fina” na linguagem entre eles. Participando de shows e batalhas²⁵ de passinho, pude empreender a observação em campo, envolvendo-me nas práticas dos sujeitos da investigação, buscando aprender com eles os significados das relações estabelecidas.

Além de assistir às apresentações – registrando situações e o ambiente, anotando falas dos jovens –, eu procurava sempre acompanhar os preparativos e as repercussões – estes últimos, em ambiente virtual, seguindo os perfis dos participantes em redes sociais digitais. Assim, mesmo residindo em outra cidade, mantive-me próxima aos agentes da pesquisa, valendo-me, para isso, da tecnologia como importante aliada no trabalho etnográfico. Nas atividades presenciais, fazia contatos, conexões das quais despontaram os principais sujeitos informantes, entrevistados mais de uma vez e em agendamentos extraeventos. São eles, em ordem alfabética:

- *Cebolinha* tem 26 anos²⁶ e é “um dançarino desde criança” (2016), como ele define. Criado em um morro no bairro Campinho, na Zona Norte do Rio de Janeiro, é famoso entre os passistas e reconhece-se como um dos criadores do estilo que virou febre nas favelas cariocas. Com vídeos visualizados por milhares²⁷ de pessoas em *sites* de compartilhamento, tem participações em documentários, programas de TV e campanhas publicitárias (Figura 03). Venceu competições e foi jurado em outras. Cebolinha e seu Bonde do Passinho – grupo de passistas que faz apresentações profissionais – participaram da gravação do DVD *Músicas para Churrasco Volume I*, de Seu Jorge, lançado em 2012, e se apresentaram na abertura dos Jogos Paralímpicos, em Londres, também em 2012.

²⁵ Nestas competições, os participantes “duelam” dançando. A cada disputa entre dois passistas, um é eliminado, até que se tenha um único vencedor.

²⁶ Todas as idades, profissões e outras informações apresentadas nesta pesquisa consideram os dados obtidos no trabalho de campo até dezembro de 2016. Em caso contrário, a data será mencionada (como em conteúdos de eventuais postagens em redes sociais em janeiro e fevereiro de 2017).

²⁷ Por exemplo, o vídeo *Cebolinha Ensinando a Dançar Passinho Parte II*, postado em 24 de setembro de 2013, contabilizava 140.687 visualizações em 24 de setembro de 2016. Vídeo disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=1_YReCR41Z0. Acesso em 24/09/2016.

Em 2014, Cebolinha acrescentou experiências internacionais ao currículo: desta vez, acompanhando a equipe do documentário *A Batalha do Passinho* (2012) em uma viagem a Nova York, onde o filme teve sessões no Lincoln Center, no fim de julho e início de agosto. Afirmo viver da dança, obtendo o sustento para si e sua filha, com quem mora em uma casa simples, que diz ter ganhado da mãe, no bairro Abolição, também na Zona Norte carioca.



Figura 03: Cebolinha no clipe da Coca-Cola | O Passinho da Latinha

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=2-hGOMJ4PrU>. Acesso em: 24/09/2016.

- C. tem 13 anos e viu várias oportunidades aparecerem a partir da dança do passinho, ainda aos 9 anos, quando participou de sua primeira batalha²⁸. Nascido e criado na Favela Cantagalo, na Zona Sul do Rio, é membro do *Bonde da Madrugada*. Também passou a frequentar programas de televisão²⁹ e a integrar o elenco de uma produção de entretenimento da principal rede de TV aberta do Brasil. Venceu competições de passinho e foi jurado em outra (Figura 04). Em agosto de 2016, participou da cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos realizados no Rio de Janeiro.

²⁸ C. foi um dos finalistas da Batalha do Passinho, evento criado por Júlio Ludemir e Rafael Mike. O concurso inspirou a gravação do documentário de Emílio Domingos, citado anteriormente.

²⁹ Neste vídeo, com mais de 1 milhão de visualizações no *YouTube*, o registro de uma das primeiras participações de C. em um programa de TV, em 2011: <https://www.youtube.com/watch?v=5QLsMxbirwg>. Acesso em 24/09/2016



Figura 04: C. como jurado na batalha de passinho do III Festival Favela em Dança | Favela do Cantagalo | 2016. Foto: Aline Maia (2016)

- *Juninho* tem 16 anos, é morador da Favela Cantagalo e foi o vencedor de uma batalha de passinho realizada no local, em março de 2016 (Figura 05). Caçula entre seis irmãos, afirma que a vitória na competição de dança “mudou muito” a forma como é visto na própria comunidade onde reside. Estudante do 7º ano em uma escola municipal, acredita que o passinho “tira os menino do tráfico” (*sic*). Além da dança, também é fã de futebol, cultivando entre seus objetivos o sonho de ser jogador.



Figura 05: Apresentação de Juninho no III Festival Favela em Dança | Favela do Cantagalo | Rio de Janeiro. Foto: Aline Maia (2016)

- *Lucas Santos* tem 22 anos, nasceu no Cantagalo, onde viveu parte da infância. Depois, mudou-se para a Tijuca, na Zona Norte do Rio, e, em seguida, para a Baixada Fluminense. Retornou à favela já adolescente. Em 2016, casou-se e foi para Nova Iguaçu, novamente na Baixada. Ao lado do primo Ronaldo Marinho, Lucas é um dos cofundadores do Favela em Dança, um festival de expressões urbanas – reunindo *hip-hop*, *break*, *krump* e *passinho* – que visa reunir e mobilizar, na favela, pessoas de diferentes regiões da cidade. Realizado pela primeira vez em 2013, teve sua terceira edição concretizada de 17 a 20 de março de 2016, em uma escola pública no Cantagalo. Além de ser um “empreendedor social”, como se define, Lucas realiza trabalhos de publicidade para artistas da Baixada, “ajudando na gestão da carreira deles, na gestão de redes sociais, produzindo *sites* com toda parte de social media”. Tal atividade, ele conta, “surgiu na guerrilha com o Favela em Dança”. Ele não tem a formação formal em Comunicação, mas aprendeu a “lidar com as ferramentas sozinho” e hoje utiliza isso não só no projeto cultural do qual é cofundador, como “para sobreviver, para ganhar dinheiro”. Ele também é judoca e bailarino. Dança *hip-hop* e já participou de uma companhia profissional, chegando a viajar e competir pelo Brasil. Trabalhou nas Olimpíadas do Rio, em 2016, dançando e fazendo entretenimento nas arenas dos jogos nos intervalos. Por seu engajamento, Lucas integra o projeto de uma marca de chinelos que reconhece e apoia jovens que se destacam por ações sociais e culturais em suas comunidades (Figura 06).

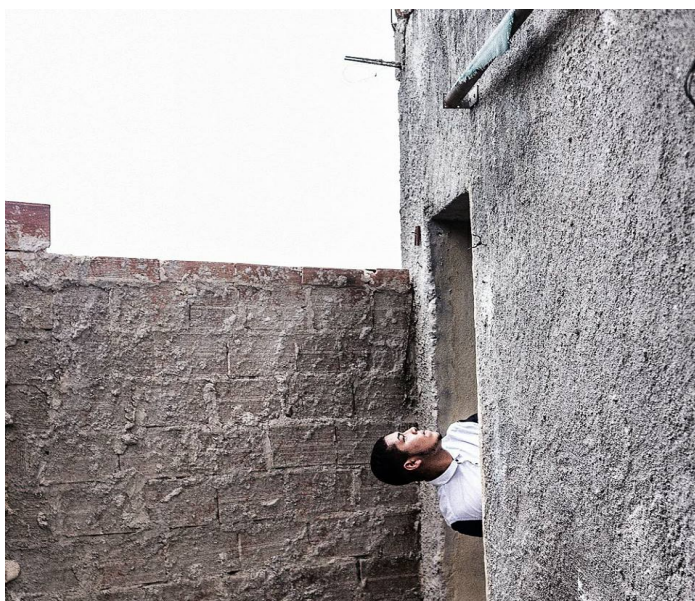


Figura 06: Lucas Santos | Projeto *Fazedores* – Rider | Foto: Fernanda Vallois (2017)

- *Raay Quebradeira* tem 18 anos e mora em uma favela em Duque de Caxias. É da Baixada, mas circula pela capital em função do passinho. Interessou-se pela dança depois que viu vídeos no *YouTube* e começou a “treinar, treinar, treinar”. Foi a vencedora na categoria feminina do Passinho de Ouro, competição realizada em agosto de 2016, na cidade do Rio de Janeiro (Figura 07). A vitória rendeu um prêmio de R\$ 3.000,00, que foi parcialmente utilizado para ajudar a mãe, segundo a jovem.



Figura 07: Apresentação de Raay no Passinho de Ouro | Boulevard Olímpico – Rio de Janeiro. Foto: Aline Maia (20/08/2016)

- *Ronaldo Marinho* é primo de Lucas, já apresentado. Ele tem 22 anos e também é cofundador do Favela em Dança. Para Ronaldo, trata-se de “um festival criado por jovens da favela, na favela e pra favela, com o objetivo principal de deixar um legado dentro da comunidade”. A Figura 08 traz parte da programação do evento em 2016. Ronaldo (Figura 09) nasceu e foi criado no Cantagalo, onde ainda mora. Cresceu testemunhando o cenário conflituoso da favela, onde “em questão de instantes, pode começar uma troca de tiros entre policiais e bandidos”. Ele disse não temer porque, de alguma forma, está acostumado àquela realidade. Explicou que “quem mora na favela não fica na rua na hora do tiroteio. Tem que estar na própria casa. Porque, se está no caminho e é encontrado por um policial, vai apanhar muito até explicar que estava apenas se protegendo. Principalmente se for preto”, como ele. Ronaldo é acadêmico do curso superior de Produção de Eventos

em uma universidade particular do Rio de Janeiro. Ele é bolsista do Prouni, Programa Universidade para Todos, do Governo Federal (que concede bolsas integrais e parciais a estudantes com renda familiar per capita máxima de três salários mínimos). Aluno de uma escola em período integral durante o ensino médio, dentro da própria favela, participou de um projeto que dava a possibilidade aos melhores estudantes de viajar para o Canadá a fim de estudar inglês por quatro meses. Foi assim que ele passou um quadrimestre em Vancouver, em 2013. Na mesma faixa etária de Ronaldo e Lucas, outros três jovens residentes em regiões periféricas – duas mulheres e mais um homem – integram a equipe que articula o Favela em Dança. No *site*, os organizadores informam: “O evento acontece na comunidade do Cantagalo, localizada em Ipanema, Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro. Desde o seu surgimento criando condições para artistas e regiões periféricas se descobrirem como potência”.

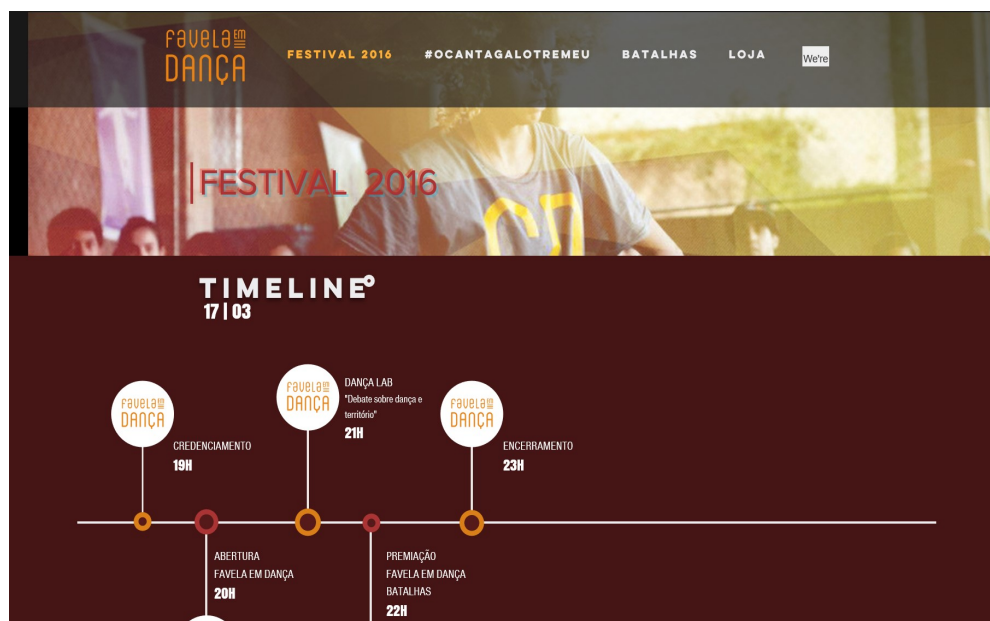


Figura 08: Site do Favela em Dança | Parte da programação do Festival em 2016
 Fonte: <http://www.favelaemdanca.com.br/festival> (2016)



Figura 09: Ronaldo Marinho durante o III Favela em Dança | Foto: Aline Maia (2016)

- *Thiago de Paula* tem 28 anos, é estudante de Serviço Social³⁰ em uma faculdade particular e idealizador da Expo Passinho Carioca, “um coletivo de meninos e meninas formado nas favelas do Rio de Janeiro”, de 14 a 21 anos, a fim de divulgar o passinho em fotos e apresentações de dança (Figura 10). Não é dançarino, mas um “mobilizador cultural” em sua realidade, como se autointitula. Funcionário da Biblioteca Parque Estadual³¹, no Centro, e morador da Favela Caixa D’Água, na Penha, Zona Norte do Rio, Thiago é enfático ao falar sobre seu território: “Sempre tive orgulho de falar que sou favelado, que moro na favela, que amo minha favela. (...) Posso ficar rico, eu compro uma mansão, mas eu fico na favela”. Ele coordena os integrantes do coletivo Expo Passinho Carioca (Cáah, Duda, Tamires, Thayna, Ana, Leet, PQD, VN, Claudinho, 2P, Bruno e Marcellinho), agenda e organiza os ensaios, aulões e apresentações.

³⁰ Thiago ingressou em uma Faculdade particular no segundo semestre de 2016, depois de muito refletir sobre que curso fazer, segundo ele. A definição se deu pelo fato de a “questão social pesar muito” para ele.

³¹ Mesmo sob protestos, a referida biblioteca foi fechada em janeiro de 2017, por problemas financeiros do Estado do Rio de Janeiro.



Figura 10: Thiago, em primeiro plano, membros e apoiadores da Expo Passinho Carioca
Fonte: Foto compartilhada no WhatsApp do coletivo (11/12/2016)

Listamos estes como os principais informantes do campo no Brasil, pessoas com quem estabelecemos maior contato, troca e afinidade. Mas é preciso pontuar que há outros participantes, sujeitos que conhecemos, conversamos e observamos em eventos, como: Na Batalha (musical que levou 11 dançarinos de passinho para o palco do Teatro João Caetano, no Centro do Rio, entre junho e julho de 2014); Favela em Dança (o festival de danças urbanas organizado pelos jovens do Cantagalo); Passinho de Ouro (batalhas realizadas durante três finais de semana no mês das Olimpíadas, no Rio de Janeiro, em 2016); Baile do Passinho Carioca (realizado pela Expo Passinho Carioca, em 4 de novembro de 2016, Dia da Favela, na Arena Dicró, Zona Norte do Rio). Nos próximos capítulos, ao apresentar nossa etnografia e elucubrações, estes protagonistas serão aos poucos conhecidos, bem como os relatos de como eles e elas colaboraram, com suas vivências, para a reflexão pretendida nesta tese.

Cabe já destacar que a maioria dos interlocutores em nossa pesquisa será identificada³², como os já apresentados, por seus nomes ou apelidos. Há duas

³² Salvo adolescentes com menos de 18 anos (no período da pesquisa), indicados apenas por suas iniciais quando não têm “apelido artístico”, ou seja, uma identificação específica usada ao se apresentarem como

motivações simples para esta decisão, mas que nos parecem pertinentes: a primeira delas é porque nossa investigação tem como suporte grande volume de fotografias e vídeos – nossos e também produzidos pelos jovens – que serão referenciados neste trabalho em muitos momentos. Deste modo, mesmo que não revelássemos seus nomes, suas identidades estariam disponíveis de alguma forma, pois eles mesmos são pessoas que se “dão a ver” em suas comunidades, em redes sociais digitais e até na mídia de massa. Aliás, é tal prática objeto de nosso estudo. Assim, entendemos que não faria sentido – e seria difícil – omitir completamente a forma como eles e elas declaram-se no cotidiano. A segunda motivação diz respeito ao intuito desta tese de dar voz aos participantes do campo. Desta forma, para que efetivamente possam “falar” nas próximas páginas, os indivíduos que colaboraram ativamente, opinando e ajudando a construir esta narrativa, serão nomeados, como Cebolinha, Lucas, Ronaldo e Thiago. Em uma ou outra situação, a identidade será omitida e apenas a história contada, por envolver relatos vexatórios ou atendendo a um pedido do interlocutor em determinada situação.

Também julgamos oportuno pontuar que, ao refletir sobre os informantes até aqui listados, o leitor pode se questionar sobre a participação de mulheres nas práticas observadas. Diante desta possibilidade plausível, por ora, limitamo-nos a esclarecer que a questão de gênero perpassa os tópicos advindos da observação em campo, de forma que esta temática será, também, adiante abordada.

2.2.2

Em Nola: palavras escritas e faladas

Somos ambas escritoras, criadoras e criativas. (...) Este projeto é sobre explorar nós mesmas em nossa relação com nossas identidades e também sobre explorar a Cidade de Nova Orleans como uma cidade de pretos. (...) Quem eu sou no contexto do corpo migrante e do espaço de diáspora?

Mwende Katwiwa, 2015.³³

Pensando a “cidade como artefato” - enquanto objeto de reflexão e intervenção (Lefebvre, 2001) –, acreditamos que há uma sociabilidade própria no ambiente urbano que envolverá os sujeitos que nela circulam, passam, habitam. Nossa escolha por buscar jovens favelados no Rio de Janeiro revela nossa crença.

dançarinos (no Rio) ou poetas (em Nola). Julgamos importante reforçar que todos os sujeitos do campo participaram voluntariamente desta pesquisa, cientes da realização da mesma, bem como de sua finalidade.

³³ Em entrevista a esta pesquisadora.

Paralelamente, compreendemos que os espaços físicos ocupados pelos indivíduos nas cidades – como ruas e bairros – são também espaços imaginados, criados socialmente a partir de representações, construções coletivas, dinâmicas, compartilhadas pelos membros de um grupo ou sociedade. Este cenário físico e imaginado, real e subjetivo pode ser produzido pelos próprios cidadãos, mas também terá nos processos de comunicação um importante agente. Guiada por este encadeamento, cheguei a Nova Orleans, no dia 30 de agosto de 2015 (um dia após o aniversário de dez anos do Furacão Katrina), determinada a agregar observações e reflexões a esta tese de doutorado que já vinha sendo desenvolvida no Brasil.

Caminhando pela cidade e após o primeiro encontro com a professora orientadora no exterior, ficou evidente que a ideia de procurar favelas em Nova Orleans, nos “moldes” das aglomerações cariocas, não funcionaria. Isso porque, para começar, o local apresenta geografia distinta da do Rio de Janeiro – Nola está situada em planícies do Rio Mississippi, em região de menor altitude do Estado da Louisiana – e porque outro aspecto logo se mostrou mais interessante para pensar práticas de comunicação juvenis enquanto dispositivo de visibilidade: a questão da raça. O estigma, aqui, manifesta-se na cor da pele.

É importante lembrar que Nova Orleans, fundada por exploradores franceses em 1718, está localizada no Sul dos Estados Unidos, região que, com características fundamentalmente agrícolas, desenvolveu-se com base no sistema de *plantation*³⁴ e na escravidão – e ainda assim bem inserida no sistema capitalista, conforme o historiador Leandro Karnal (2010). Derrotado na Guerra Civil contra o Norte, o Sul foi envolto pelas perspectivas desanimadoras advindas da Secessão³⁵, segundo relata Karnal: a destruição física de cidades, a bancarrota financeira e os anseios imediatos de ex-escravos, de sulistas brancos sobrepujados e de nortistas vitoriosos.

³⁴ Sistema de exploração colonial caracterizado por grandes latifúndios, monocultura, trabalho escravo e exportação para a metrópole. Na Louisiana, visitei a *Whitney Plantation*, localizada a menos de uma hora de Nova Orleans, hoje aberta como museu com foco na escravidão: <http://whitneyplantation.com/index.html>

³⁵ A *Guerra da Secessão* ou *Guerra Civil dos Estados Unidos* foi um confronto travado entre 1861 e 1865, após vários estados escravagistas do Sul declararem sua desmembração e formarem os Estados Confederados da América. Os estados que não se rebelaram ficaram conhecidos como "União" ou "Norte". Na origem do conflito, está a questão da escravidão. “Durante a Secessão, os escravos utilizaram a Guerra Civil do melhor jeito que podiam para se tornar livres: cada vez que uma tropa do Norte invadia uma região confederada, um enorme contingente de negros fugia das fazendas e, dessa maneira, colaborava para o desmoronamento do sistema escravista. Graças aos escravos e aos abolicionistas, um combate, que se iniciara em nome da recuperação territorial do país, transformou-se numa luta pelo fim da escravidão” (KARNAL, 2010, p.134).

Embora lideranças negras tenham rapidamente aparecido, a imensa maioria dos ex-escravos era analfabeta e nunca participara da política ou de instituições econômicas. Para a maior parte dos mais de quatro milhões de negros libertos, a aquisição de terras, o acesso à educação e o direito de voto eram os meios de atingir a cidadania. Os milhares de brancos nortistas que se mudaram para o Sul depois da guerra, seja por razões econômicas ou humanitárias, entendiam que estavam estendendo a “civilização” ao que consideravam uma região bárbara, e o caminho para isso devia contar com a ajuda dos libertos. Entretanto, mesmo entre estes nortistas havia racismo e, assim, não chegavam a um consenso sobre qual a participação dos negros na nova nação (KARNAL, 2010, p.139).

Mesmo com a escravidão tornada ilegal em todo o território estadunidense pela 13ª Emenda Constitucional, em 1865, permanecia na sociedade norte-americana uma crença na inferioridade dos negros. O desígnio de estabelecer uma “pedagogia civilizatória” (como nos intentos observados nas favelas cariocas, diga-se de passagem, por paralelismo de contexto dos campos) evidencia que o fim do regime escravagista no Sul não correspondeu à integração da população negra como cidadãos efetivos (assim como décadas mais tarde ocorreu com o fim da escravidão no Brasil).

Por todo o Sul, a sociedade começou a consolidar uma profunda segregação baseada em “critérios raciais”, à exceção do mundo do trabalho, em que brancos e negros conviviam, a sociedade sulista comportava dois mundos separados. Por meio de instrumentos legais e ilegais, as pessoas consideradas negras ficavam segregadas das brancas na maioria dos locais públicos, na maioria dos hotéis, restaurantes e outros estabelecimentos particulares. Mesmo quando os governos republicanos, apoiados pelos negros, assumiram o poder, em 1868, e foram aprovadas leis de direitos civis exigindo acesso igual às instalações públicas, muito pouco esforço foi feito para aplicar a legislação (KARNAL, 2010, p.141).

Sinais da segregação reverberaram pelos Estados Unidos por décadas e exortaram movimentos por direitos civis de negros. Nova Orleans – que teve destacado papel à época do comércio de escravos – não ficou de fora deste cenário. A cidade da Louisiana foi palco de embates históricos na luta por igualdade para a comunidade afro-americana, principalmente por permanecer submetida a leis de divisão racial estaduais por considerável período. Em 1892, o sapateiro Homer Plessy foi preso em Nola, julgado e condenado por violar uma destas regras, a que separava brancos e pessoas de cor no transporte público. Ele comprou um bilhete de primeira classe para o trem que seguiria para Covington e sentou-se no vagão para os passageiros brancos. Plessy foi retirado da composição na esquina das ruas Press e Royal, onde hoje há uma placa em memória do fato. O

caso foi ouvido pelo juiz John Howard Ferguson, que recusou os argumentos de Plessy, originando o emblemático episódio *Plessy v. Ferguson*, levado até a Suprema Corte dos Estados Unidos (ORTIZ, 2005). A decisão final foi a favor do Estado da Louisiana, firmando a doutrina "separados, mas iguais" para pretos e brancos, válida até 1954³⁶. O local onde hoje há uma placa que relembra o ocorrido a Homer Plessy (Figura 11) tem particular ligação com esta pesquisa, fato que explicaremos mais adiante, oportunamente.

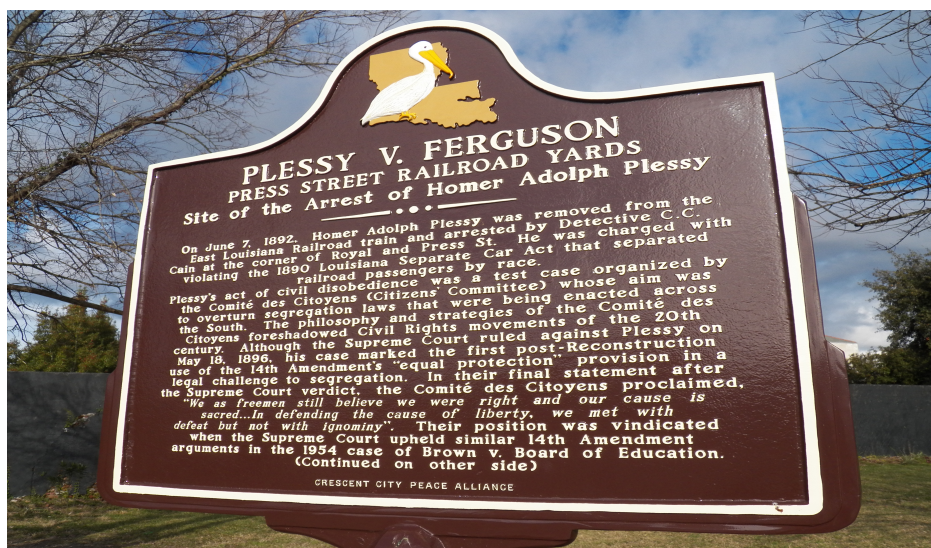


Figura 11: Marco *Plessy v. Ferguson* | Nova Orleans. Foto: Aline Maia (2016)

Há também o insigne episódio envolvendo Ruby Bridges, a primeira criança negra a frequentar um colégio primário até então restrito a brancos, ousando ultrapassar uma linha de segregação imposta historicamente e, para isso, enfrentando todas as manifestações contrárias possíveis à época. Em novembro de 1960, aos seis anos de idade, a pequena Ruby fez história ao entrar, escoltada por delegados, no prédio da Escola Elementar William Frantz. Ao ato, símbolo do início da integração do sistema educacional de Nova Orleans, muitas famílias brancas reagiram impedindo seus filhos de estudarem no mesmo local. Relembra Bridges em seu livro:

Na primeira semana de integração escolar, a tensão em Nova Orleans parecia aumentar a cada dia. Manifestantes nas ruas procuravam por problemas. Brancos abordavam negros em plena luz do dia, e negros revidavam, mesmo que a

³⁶ Cf.: *Plessy and Ferguson unveil plaque today marking their ancestors' actions*. Disponível em: http://www.nola.com/news/index.ssf/2009/02/plessy_vs_ferguson_photo.html. Acesso em janeiro de 2016.

Associação Nacional para o Avanço das Pessoas de Cor os exortasse a não fazê-lo. Vândalos quebravam janelas de lojas e pegavam o que podiam. Para conter as multidões que se reuniam, policiais extras a cavalo e motocicletas foram mobilizados. Quando o prefeito de Lesseps S. Morisson apareceu na televisão e pediu calma, militantes segregacionistas ficaram furiosos. Sentiram que o prefeito os havia traído (BRIDGES, 1999, p.34, tradução nossa)³⁷.

Professores também se recusaram a dar aulas enquanto a menina estivesse matriculada; exceto uma docente, Sra. Henry, que, por mais de um ano, lecionou apenas para Bridges³⁸. Pela cidade, o terror espalhava-se:

Naqueles primeiros tempos de integração, as pessoas não protestavam apenas na frente das escolas. O problema estourou pela cidade. Enquanto eu sentava-me calmamente com a Sra. Henry, multidões de manifestantes percorriam as ruas. As pessoas jogavam pedras e tijolos na passagem de carros. Alguns até lançavam garrafas flamejantes de gasolina. As salas de emergência dos hospitais começaram a encher. As pessoas brancas atravessavam a cidade à noite, deixando cruzes como avisos em bairros negros. Os afro-americanos sabiam que isso era para assustá-los e para que desistissem da integração. A organização segregacionista conhecida como Ku Klux Klan queimou cruzes na frente de casas de negros por muitos anos, por todo o Sul (BRIDGES, 1999, p.32, tradução nossa).³⁹

Mesmo com todas as forças contrárias, Bridges concluiu os estudos na William Frantz. Ela ainda mora em Nova Orleans, com o marido e filhos. Viaja o país dando palestras, contando a adultos e crianças sobre sua experiência. Esta é apenas mais uma história, entre tantas que poderiam ser citadas a título de exemplificação e contextualização sobre a questão da raça em Nola.

Nova Orleans tinha mais de 480 mil habitantes antes do Furação Katrina⁴⁰, sendo 67,25% de afro-americanos e 28,05% de brancos, de acordo com o censo

³⁷ Tradução livre do original: *"In the first week of school integration, the tension in new orleans seemed to build each day. Rioters on the streets were looking for trouble. Whites assaulted blacks in broad daylight, and blacks fought back, even though the NAACP urged them not to. Vandals broke store windows and took what they could. To curb the crowds that gathered, extra police on horseback and motorcycles were brought in. When Mayor deLesseps S. Morisson appeared on television and called for calm, militant segregationists were enraged. They felt the mayor had betrayed them."*

³⁸ *Ruby Bridges: A Class of One*. Disponível em: http://www.pbs.org/newshour/bb/social_issues-jan-june97-bridges_2-18/ Acesso em 08/01/2016.

Filme: *Ruby Bridges*, 1998. Drama. EUA. 96 minutos. Direção: Euzhan Palcy.

³⁹ Tradução livre do original: *"In those first tense days of integration, people didn't protest just in front of the schools. Trouble broke out across the city. As I sat quietly huddled with Mrs. Henry, mobs of protestors roamed the streets. People threw rocks and bricks at passing cars. Some even tossed flaming bottles of gasoline. Hospital emergency rooms began to fill up. White people drove through the city at night, leaving burning crosses as warnings in black neighborhoods. African Americans knew this was meant to frighten them into giving up integration. The segregationist organization known as the Ku Klux Klan had been burning crosses in front of black homes for many years all over the South."*

⁴⁰ *Katrina: a 10-Year Review*. Disponível em: <http://www.counterpunch.org/2015/08/26/katrina-a-10-year-review/> Acesso em janeiro 2016.

americano de 2000⁴¹. Porém, estes números foram reduzidos em função do êxodo pós-desastre, em agosto de 2005, principalmente com a saída definitiva de muitas famílias – majoritariamente de negros – que se viram sem condições financeiras para recuperar suas moradias. A chamada *New Orleans East*, reduto da população mais pobre e preta, foi uma das regiões mais atingidas após o rompimento de diques durante a tempestade que inundou 80% da cidade. No rastro deixado pelo furacão, restaram cerca de 1.800 mortos e estragos estimados em US\$ 100 bilhões.

Dezenas de milhares de cidadãos negros, a maioria pobre, presos em telhados, em sótãos, em hospitais, no centro de convenções e no Superdome. Presos, após um dia terrível, sem alimento, água, remédios, banheiros, segurança ou ajuda de qualquer tipo (BOEGEM, 2005, apud ORTIZ, 2005, p.2, tradução nossa)⁴².

O que sucedeu a Nova Orleans depois que as águas baixaram despertou discursos inflamados de intelectuais, principalmente em função do tratamento reservado à população negra naquele contexto. “O furacão explodiu a ilusão de que o racismo morreu”, afirmou Paul Ortiz (2005) em texto publicado logo após a tragédia. O professor da Universidade da Califórnia Santa Cruz acusou o poder Federal, à época – “*backers and beneficiaries of George W. Bush*” –, de usar o Katrina como justificativa para remover a população afro-americana da cidade e especular sobre as propriedades vagas, abandonadas.

Andrew Jolivet (2005), natural da Louisiana e professora na Universidade do Estado de São Francisco, escreveu:

Como descendente do povo crioulo da Louisiana, sinto uma conexão pessoal com a crise provocada pelo furacão Katrina e suas vítimas. Como socióloga, estou ciente de porque as massas deslocadas de cidadãos pobres e afro-americanos de Nova Orleans são referidas pelo governo e pela mídia como “refugiados” e “saqueadores”. O valor atribuído aos pobres e às pessoas de cor neste país sempre se baseou na capacidade das classes dominantes de subordinar essas comunidades e a gentrificação é apenas uma manifestação desse processo estrutural de exclusão (JOLIVETTE, 2005, p.30, tradução nossa).⁴³

New Orleans a Year After Katrina. Disponível em: <http://www.counterpunch.org/2006/08/22/new-orleans-a-year-after-katrina/> Acesso em janeiro 2016.

⁴¹ Cf.: <http://www.census.gov/2010census/data/> Acesso em janeiro 2017.

⁴² Tradução livre do original: “*Tens of thousands of mostly poor, Black citizens trapped on rooftops, in attics, in hospitals, in the convention center, and in the Superdome. Trapped, day after awful day without food, water, medicine, working toilets, security, or help of any kind*”.

⁴³ Tradução livre do original: “*As a descendant of the Creole people of Louisiana, I feel a personal connection to the Hurricane Katrina crisis and its victims. As a sociologist, I am cognizant of why the displaced masses of poor and African-American citizens of New Orleans are referred to by the government and the media as “refugees” and “looters”. The value placed on the poor and on people of color in this*

De fato, uma das palavras que mais estiveram presentes em nossas conversas em Nola, seja na Universidade, seja com poetas locais, seja na interação em campo com os sujeitos juvenis, foi *gentrification* (gentrificação). E mesmo que tal termo não tivesse surgido, a paisagem urbana encarregar-se-ia de escancarar a realidade de Nova Orleans em nossos quase sete meses de observação: casas abandonadas disputam espaço com imóveis em reforma ou reformados, para os quais o setor imobiliário certamente cobrará caro pelo aluguel⁴⁴. O processo de gentrificação decorrido do Katrina (e estimulado pelo turismo corporativo, a negligência cidadã e uma perda de esperança, segundo Andrew Jolivet) talvez seja a ferida ainda exposta pelo desastre. Conforme dados de 2010 do censo americano, a população de Nola desceu a pouco mais de 340 mil habitantes, mas ainda assim permanecendo a porcentagem de negros superior à de brancos, como mostra a Figura 12.

Geography:

	Subject	Number	Percent
1	RACE		
31 of 31	Total population	343,829	100.0
	One race	337,909	98.3
	White	113,428	33.0
	Black or African American	206,871	60.2
	American Indian and Alaska Native	1,047	0.3
	American Indian, specified [1]	428	0.1
	Alaska Native, specified [1]	3	0.0
	Both American Indian and Alaska Native, specified [1]	0	0.0
	American Indian or Alaska Native, not specified	616	0.2
	Asian	9,970	2.9
	Native Hawaiian and Other Pacific Islander	134	0.0
	Some Other Race	6,459	1.9
	Two or More Races	5,920	1.7
	Two races with Some Other Race	1,510	0.4
	Two races without Some Other Race	3,721	1.1
	Three or more races with Some Other Race	223	0.1
	Three or more races without Some Other Race	466	0.1

Figura 12: População de Nova Orleans | 2010 Census Summary | Reprodução de quadro disponível em: <https://factfinder.census.gov/faces/tableservices/jsf/pages/productview.xhtml?src=CF> | Acesso em janeiro de 2017

country has always been based on the ability of dominant classes to subordinate these communities and gentrification is but one manifestation of this structural process of exclusion.”

⁴⁴ Durante minha própria busca por um local para morar em Nova Orleans no Doutorado Sanduíche, senti no bolso o peso dos aluguéis: 70% da bolsa de estudo que eu recebia do Governo brasileiro eram consumidos mensalmente para a locação de um pequeno *studio* próximo à Tulane (com cozinha, banheiro e um cômodo que funcionava como quarto e sala). Conversando com professores da Universidade, eles mesmos se surpreendiam com tal situação e reforçavam que os anos após o Katrina foram provocadores da alta dos preços.

Convém ressaltar que, vivendo em Nova Orleans, chamaram-nos a atenção aspectos, acreditamos, indicadores e herdados da antiga segregação racial “legalizada”, bem como de outros condicionantes impostos à população negra – ao menos no contexto em que estávamos. O transporte público popular – os ônibus – era utilizado basicamente por pretos e pobres. Na Universidade Tulane, os alunos eram majoritariamente brancos, assim como o corpo docente, enquanto os funcionários da limpeza, da alimentação e motoristas dos veículos oficiais da instituição eram predominantemente pretos. Nas ruas, um número perturbador de sem-teto evidenciava a cor da pele dominante no cenário de mendicância, em todas as faixas etárias. Em fevereiro de 2016, ativistas residentes na cidade da Louisiana lideravam manifestações alinhadas ao *Black Lives Matter* (Vidas negras importam), movimento contra o racismo surgido nos Estados Unidos em 2012, após a absolvição de um homem acusado de matar a tiros um jovem negro, de 17 anos, em Ferguson, Missouri.

Nola também guarda em seu histórico o mérito de ser o berço do *jazz*, música negra originada entre jovens no bairro da luz vermelha (Storyville), no final do Século XIX e início do XX, reunindo instrumentos de sopro e misturando ritmos tribais, como relembra Jon Savage (2009, p.191). O estilo que ganhou o mundo é celebrado por toda a cidade, seja em esquinas, executado pelas centenas de artistas de rua em busca de *tips* (gorjetas), seja em espaços tradicionais como o *Preservation Hall*, casa de shows diários criada em 1961 “para homenagear uma das formas de arte mais verdadeiras da América – o tradicional *Jazz* de Nova Orleans”⁴⁵. A terra das *parades*⁴⁶ tem como tradição fazer cortejos festivos pelas ruas da cidade também em funerais. Uma banda com instrumentos de sopro e percussão segue à frente, executando as músicas que embalam as pessoas logo atrás, na *Second Line*, a segunda linha. O significado é lembrar e celebrar a vida do falecido. Acompanhei alguns destes cortejos – mesmo sem conhecer o morto ou sua família – como experiência antropológica.

Assim como no Brasil, foi conversando com diferentes pessoas, professores, colegas da aula de Inglês⁴⁷, moradores, ativistas e artistas da cena

⁴⁵ CF.: <http://preservationhall.com/hall/>

⁴⁶ Desfiles comemorativos pelas ruas da cidade, realizados em várias ocasiões: *Halloween*, Dia de Ação de Graças, Natal, Ano Novo, Dia dos Namorados, *Mardi Gras*, casamentos, aniversários, etc.

⁴⁷ Curso de Inglês organizado pela Igreja Católica em Nova Orleans, voltado para estrangeiros residentes na cidade, com grande concentração de latinos. O custo era apenas do material didático para aulas ministradas de

local que, aos poucos, fui conhecendo atividades realizadas por distintos jovens em Nola e, desta forma, desbravando o campo: *brass bands*⁴⁸, adolescentes interessados por fotografia e grupos de dança religiosos e afro-brasileiros estão entre agrupamentos observados em Nola. Entretanto, dois projetos específicos destacaram-se de acordo com o objetivo desta tese e, assim, são os que optamos por analisar de forma mais atenta e profunda a fim de somar a este estudo:

- *New Orleans Youth Open Mic* (Noyom, Figura 13) é um projeto iniciado em abril de 2014 por um grupo de artistas, ativistas e educadores, entre 20 e 35 anos (integrantes do *Team Slam New Orleans*), que desejavam fomentar a poesia entre adolescentes de Nola. Caracteriza-se por apresentações mensais, realizadas em um espaço cedido pela Tulane⁴⁹, nas quais adolescentes de 13 a 18 anos, principalmente, são motivados a proclamar seus textos. O “Noyom fornece o espaço para os jovens explorarem a si mesmos, partilharem suas poesias e experiências com seus pares e para se apoiarem mutuamente em seus esforços artísticos”, informa a página do movimento na internet⁵⁰. Participando do Noyom, conheci vários jovens (sejam participantes, sejam os organizadores), majoritariamente negros, que observei e com quem conversei ao longo dos eventos. No ambiente virtual, compreendido por mídias sociais e e-mail, ocorre a convocação para os encontros presenciais, quando garotos e garotas assumem o comando do microfone em um palco exclusivo a este propósito. Expressam, em palavras e movimentos, os sentimentos mais intrínsecos à condição juvenil, reveladores da busca de um lugar no mundo, do conflito de identidades, do anseio por reconhecimento. Os textos produzidos pelos jovens poetas dizem muito de

segunda a quarta-feira, das 18h às 20h30, em salas cedidas pela Tulane. Participando do curso durante toda minha estadia em Nova Orleans, conheci pessoas de todas as partes do mundo, tanto residentes nos Estados Unidos há muito tempo, como latinos trabalhadores informais, outros estudantes de pós-graduação como eu, da Europa e da Ásia, temporariamente em território americano. Frequentar as aulas de Inglês foi uma experiência cultural à parte que me proporcionou aprendizado ímpar.

⁴⁸ “Bandas de metais”, cujas apresentações (com saxofone, trompete, corneta, etc.) são comuns em cada esquina de Nova Orleans. A cidade do *jazz* e do *blues* parece motivar seus artistas a se apresentarem nas ruas, a fim de conquistar, no mínimo, a simpatia dos milhares de visitantes. Em 2015, Nola recebeu 9,78 milhões de turistas, segundo dados divulgados pelo site de notícias Nola.com. Disponível em: http://www.nola.com/business/index.ssf/2016/05/new_orleans_tourism_by_the_num.html Acesso em janeiro de 2016.

⁴⁹ Apesar das performances acontecerem em um espaço cedido pela Tulane, a universidade não tinha qualquer interferência sobre o evento, não sendo o Noyom um projeto institucional acadêmico, mas, sim, uma atividade independente criada por artistas negros de Nola para adolescentes de Nola. Tanto que, em 2017, os encontros passaram a ser realizados no *Ashe Cultural Arts Center*, um centro cultural que cria e apoia programas, atividades e trabalhos criativos enfatizando as contribuições de pessoas de ascendência africana.

⁵⁰ Disponível em: <http://noyom.strikingly.com/> Acesso em 25/09/2016.

cada um, revelando artifícios para chamar atenção para suas experiências e vivências.



Figura 13: Noyom | Nova Orleans. Foto: Aline Maia (2015)

- *A Scribe Called Quess?* ou apenas *Quess* é o nome artístico de um educador e poeta de 35 anos, um dos fundadores do Noyom. Foi importante informante e condutor de minha imersão neste universo da *spoken word*, ou “palavra falada” em tradução livre – forma de recitar textos e músicas. Apresentou-me adolescentes, levou-me a eventos e contextualizou o cenário da poesia negra em Nola. Sua disponibilidade, apesar de sincera e honesta, também estava relacionada ao interesse dele em aprender a se comunicar em Português – pois estava com viagem agendada para o Brasil, onde conheceria Salvador, Bahia. Movidos por nossos interesses particulares, encontramos-nos várias vezes, tanto em eventos de poesia quanto em agendamentos extraeventos, fosse para ele aprender mais palavras em Português, fosse para eu aprender mais sobre aquele campo que me sorvia. O exercício da empatia foi recíproco. Trajando um moletom do Brasil, ele me recebeu pela primeira vez em um café. Quess também é membro e um dos fundadores do *Team Slam New Orleans* (SNO), um grupo composto por mais quatro poetas, todos negros.

Criado após o Katrina, em 2008, o *Team SNO* visa “fazer ecoar as diferentes vozes da cidade, a fim de preservar a memória cultural de Nova Orleans”, explicou. Em um modelo criativo de colaboração, como define Quess, o *Team SNO* reúne-se semanalmente para conversar, escrever e produzir junto. Os encontros são restritos aos integrantes. Enquanto grupo, participam de competições de poesia, entre as quais conquistaram o título nacional em 2012 e 2013. O *Team SNO* organiza *showcases* mensais, além do Noyom.

- *Akeem* tem 29 anos e também é membro do *Team SNO*. Nascido e criado em Nova Orleans, é graduado em Arquitetura e ensina poesia a crianças e adolescentes de duas a três vezes por mês. Poeta, acredita que as pessoas podem fazer de seus textos a expressão de sua intimidade, daquilo que não é visível a olho nu, mas integra a identidade do sujeito. Ele foi um dos informantes que nos auxiliaram a compreender o contexto do negro norte-americano, bem como as atividades realizadas no Noyom.

- *Noirlinians* é um blog que explora “moda e cultura na mais africana das cidades dos Estados Unidos”⁵¹. Produzido por duas jovens mulheres negras de ascendência africana, foi criado em julho de 2015 para discutir questões como identidade, cultura e território, além de dar visibilidade para empreendedores afro-americanos. Os textos publicados na página *on-line* são autorais e acompanhados por fotografias de profissionais ou amadores que tenham conexão com as questões debatidas pelas jovens – como raça, representação, etc. A produção para as fotos (roupas e acessórios – próprios ou de artesãos negros) fica a cargo das blogueiras, que também são as modelos. A escolha do local para as fotografias é de responsabilidade do fotógrafo. Ao conhecer o projeto, não só acompanhei sessões como realizei três, tornando-me, assim, uma colaboradora ativa da publicação *on-line* (como ilustra a Figura 14). Como “latina e afro-brasileira”, segundo a visão das criadoras do blog sobre mim, eu estava credenciada a participar do projeto. Ao longo dos capítulos desta tese, relatarei tal experiência que me proporcionou uma aproximação particular das idealizadoras do *Noirlinians* e de outras atividades por

⁵¹ Disponível em: <https://noirlinians.wordpress.com/>

elas realizadas como ativistas afro-americanas:

- *Denisio* tem 33 anos. Ela nasceu no Colorado, nos Estados Unidos, porém, ainda criança, foi para a Libéria com os pais, que retornavam ao país de origem. Depois de alguns anos, voltou aos Estados Unidos e morou em diferentes estados. Estudou Artes, Língua Inglesa e Literatura na *Washington and Lee University* (2001-2005). Mora há dois anos em Nova Orleans, mas ainda tem amigos e parentes na África.

- *Mwende* tem 24 anos e mora em Nova Orleans há sete⁵². Nascida em Nairóbi, capital do Quênia, Mwende viveu em Tala e mudou-se para os Estados Unidos ainda criança, acompanhando a família. Os pais foram para a América do Norte a fim de estudar. Ela concluiu a *High School* em Massachusetts, onde a mãe e um irmão ainda moram. Da família dela, ainda há uma tia no Texas e outra irmã, casada, morando em Nova York. Ela chegou a Nova Orleans para atuar por um ano como voluntária no *AmeriCorps program CityYear*. Contou que se sentiu em casa e decidiu ficar na cidade, com a concordância de sua mãe: “*Here has a very felling of home*”, afirmou. Estudou de 2010 a 2014 na Tulane, onde se graduou em Política Econômica Internacional e Estudos de Diáspora Africana. No campo em Nola, Mwende detém nossa especial atenção: Além de cofundadora do Blog *Noirlinians*, ela é poeta e também integrante do *Team SNO* e, assim, uma das organizadoras do Noyom. Com o nome artístico FreeQuency, é a 16ª no *ranking* feminino de competições de poesia nos Estados Unidos. Já recebeu prêmios por suas performances e é autora do livro de poesias *Becoming Black* (2015). Ela trabalha em uma organização sem fins lucrativos que visa combater a propagação do HIV entre negros. Mwende é atuante em vários projetos com comunidades populares em Nova Orleans e ativista contra o racismo. Com ela e por intermédio dela, também conheci movimentos que congregam a população jovem negra em Nola, visando ao reconhecimento e à representação nos diversos campos sociais via diferentes iniciativas – de protestos nas ruas a mobilizações em redes sociais.

⁵² Dados de entrevista feita em 2015.



Figura 14: Sessão de fotos com Mwende e Denisio para o Blog *Noirlinians* | Nova Orleans. Foto: Aline Maia (2016)

Assim como no Brasil, ao realizar entrevistas e circular pelas apresentações do Noyom, pela cidade em eventos que congregavam a juventude negra, por sessões de fotografia e atividades com a participação de Mwende, também busquei registrar situações e o ambiente, anotando o que era dito e o não dito. Tanto nos EUA quanto no meu país, a curiosidade era parte do meu ofício, o que me fazia sentir, às vezes, inconveniente. Pois perguntar, perguntar de novo e de novo estava na essência da minha ação. Felizmente encontrei interlocutores amistosos e compreensivos. Principalmente quando eu os deixava a par dos objetivos de tantas perguntas, “porquês”, em uma tentativa de trazê-los, efetivamente, para a o centro da pesquisa, como participantes. Alguns foram mais receptivos, assumindo mesmo a postura de opinar e saber quais eram minhas formulações. Outros foram mais desprendidos, satisfeitos por dar suas contribuições quando solicitados.

Tanto em Nola quanto no Rio, recursos de mídias sociais digitais foram fundamentais para o acompanhamento do campo, a fim de contemplar, em uma abordagem da Comunicação Social, o modo de ser jovem, habitar regiões

periféricas – físicas e imaginárias – na sociedade e, neste contexto, produzir meios de visibilidade ao mesmo tempo que se produz, se apresenta e se representa. É por isso que pontuamos, a seguir, um território natural e intrínseco de nossos campos físicos de observação: a internet.

2.2.3

A internet como parte do campo

É honesto dizer que, inicialmente – e inocentemente –, imaginava estar utilizando a internet e dispositivos de comunicação digital meramente como instrumentos para fazer contato, como ferramentas de trabalho, tal qual se usa o celular para realizar uma chamada telefônica, ou ainda a caneta e o bloco de papel para registrar anotações de campo. Porém, com o tempo e a observação, logo confirmamos que o ambiente *on-line* é apropriado pelos jovens para além de um espaço de publicação de vídeos, fotos e textos. Tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, os sujeitos desta investigação habitam, além de seus territórios físicos – Rio de Janeiro e Nova Orleans –, o meio virtual, através de perfis nas mais variadas redes sociais digitais.

Entretanto, traçar uma netnografia⁵³ não é objetivo desta tese. E realmente não o fizemos. Porém, considerando o papel de ferramentas digitais nas interações entre os sujeitos deste estudo, além do fato de esta investigação ser tecida na Comunicação, julgamos pertinente e plausível compreender o universo *on-line* como parte natural do campo físico, de forma que nossa etnografia não foi fechada: atenta às relações presenciais, consideramos, também, desdobramentos virtuais e vice-versa. Assim, o contato, a observação e algumas entrevistas⁵⁴ desta tese ocorreram, naturalmente, também nesta esfera comunicacional proporcionada pela internet.

Blogs, YouTube, Facebook, Instagram, Twitter e WhatsApp são, desta maneira, parte do campo congregado por nossa pesquisa, espaços onde os jovens expressam emoções, concordam e refutam ideias, publicizam ações, reforçam estilos de vida, lançam movimentos, promovem projetos individuais e coletivos e,

⁵³ Conforme Adriana Braga (2007, p.5), “O neologismo “netnografia” (*nethnography* = *net* + *ethnography*) foi originalmente cunhado por um grupo de pesquisadores/as norte-americanos/as, Bishop, Star, Neumann, Ignacio, Sandusky & Schatz, em 1995, para descrever um desafio metodológico: preservar os detalhes ricos da observação em campo etnográfico usando o meio eletrônico para ‘seguir os atores’”.

⁵⁴ Via *WhatsApp, Skype* e *Hangout*, por exemplo.

assim, constroem representações, tal qual o fazem no palco da dança ou da poesia. A internet é também lugar de apresentação e re(a)presentação de si. A ambiência, então, delimitada neste estudo é urbana, é presencial e é virtual, de tal modo a impor ainda mais desafios ao nosso percurso metodológico. Reconhecemo-nos, pois, ao longo de toda a pesquisa, em constante processo de construção do método, ao mesmo tempo que este era aplicado.

Deste modo, também dediquei horas do trabalho de campo a percorrer redes sociais, navegar por blogs e *sites* de compartilhamento de vídeo, a fim de observar as interações estabelecidas virtualmente envolvendo os jovens. Importante pontuar que, de posse de um *smartphone* com acesso à internet, foi possível acompanhar os perfis *on-line* dos sujeitos a qualquer momento e de qualquer lugar, sem ter que, necessariamente, parar em frente a um *desktop* para isso. Além das pessoas, alguns movimentos específicos também contam com perfil em redes sociais, como o Noyom, o Blog *Noirlinians*, o festival Favela em Dança, o concurso Passinho de Ouro e a Expo Passinho Carioca. Os eventos e atividades aconteciam, também, em escala virtual, atraindo a atenção das juventudes adeptas, como exemplificam as postagens 15 a 17:



Figura 15: Postagem no perfil do Favela em Dança, no YouTube | Fevereiro, 2016



Figura 16: Postagem no perfil do Concurso Passinho de Ouro, no Facebook | Agosto, 2016



Figura 17: Postagem no perfil do *Noirlinians*, no Instagram | Julho, 2016

O documentário *A Batalha do Passinho – O Filme* (2012) reforça a importância do ambiente virtual como território também habitado pelos jovens do passinho no Rio de Janeiro. No filme, a internet é retratada como tecnologia de sociabilidade, reforçando laços de afinidade ou rivalidade, expandindo redes sociais, mobilizando múltiplas subjetividades, fazendo circular rapidamente o conhecimento sobre a dança e promovendo entretenimento. Isso porque, conforme relatam os passistas no longa-metragem, o estilo e as batalhas parecem ter ganhado repercussão extrafavela inicialmente no ambiente virtual, materializando-se posteriormente no real.

Gravar um vídeo registrando o passinho e postá-lo em *sites* de compartilhamento e comunidades de redes sociais, como o *Orkut* à época, foi o meio encontrado por meninos e meninas para divulgar o ritmo e, também, apresentarem-se, como evidenciam algumas falas encadeadas no documentário:

Eu estourei quando botei o vídeo no *YouTube*.

Antes de eu me interessar pela dança, eu vi um vídeo, desculpa o termo que eu vou usar: “passinho foda”. Olhei bem o vídeo, achei que poderia fazer aquilo e até bem melhor que aquilo⁵⁵.

Tu acha que vai ter cinco mil acessos num dia? Mas não! Tem que ser bom pra botar um vídeo ali, “fô”.

Só internet, só internet, só internet. Acho que isso já não é um dançarino pessoal, é um dançarino virtual. Acho que a internet ajuda muito “as pessoa” a ter fama. Postei dois vídeos no *YouTube* e, cara, virou uma febre (*A BATALHA...*, 2012).

Por esta e outras questões, a internet foi tomada como parte do campo, assim como suscitou notações específicas contempladas no Capítulo 5.

Apresentados os campos e os sujeitos desta investigação, passaremos, agora, a discutir o método – em construção, como dissemos –, a fim de compartilhar e relacionar os caminhos percorridos, as escolhas feitas e os desafios interpostos ao encontro do objetivo desta investigação.

2.3

Problematizando método e os campos

A primeira viagem de campo é uma impressionante montanha russa de dúvidas, tédio, excitação, desorientação, incertezas, exaustão, assédio, intimidação, ser bajulado e enganado – no decurso da qual acumulamos “dados”, cadernos

⁵⁵ O jovem se refere ao vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=S-gjytMvZ8>. Publicado em 2008, contabilizava mais de 4,4 milhões de visualizações no *YouTube* em dezembro de 2016, sem contar os compartilhamentos feitos por outros usuários.

preciosos embalados com pensamentos desorganizados, observações detalhadas de minúcias, descrições de rituais, transcrições de conversas, diagramas e detritos. Fazer trabalho de campo é uma questão de estar no lugar certo, na hora certa (não necessariamente quando seus informantes disseram que seria o momento certo) e fazer as perguntas certas a uma ampla variedade de pessoas. Infelizmente, raramente sabemos o lugar certo, a hora certa, a pergunta certa ou as pessoas certas, até que tenhamos quase terminado o trabalho, ou tenhamos finalizado e estamos a quilômetros de distância.⁵⁶

Margery Wolf, 1992, p.128, tradução nossa.

A cada evento, a cada encontro, a cada entrevista, seja no Rio ou em Nola, eu voltava para casa com a cabeça fervilhando. As interações com os jovens eram sempre muito ricas e continuamente colocavam em relevo novas possibilidades de análise e condução da pesquisa. A aparente desordem acadêmica (e até emocional) descrita por Wolf (1992) e que ilustra a abertura deste subcapítulo representa bem o meu sentimento em campo nesta incursão à qual me lancei pela primeira vez: construir uma etnografia sobre práticas de comunicação entre jovens “pretos”, “favelados”, estigmatizados. Para tanto, estar junto – de alguma forma – dos sujeitos da pesquisa é condição primordial, aspecto cujas implicações são, mesmo, alvo dos desdobramentos que pretendemos tecer a partir de agora, com base no que vivemos, nos caminhos que percorremos e nas escolhas que fizemos em campo.

Como discutimos anteriormente, muito se avançou no debate sobre a inserção do pesquisador no ambiente pesquisado. O estudioso não precisa ser o sujeito camuflado (24 horas) em dado contexto a fim de entender determinada realidade. Ao contrário, reconhecendo-se e assumindo-se diferente (por sua própria história e valores, por exemplo), poderá exercitar a empatia, colocando-se no lugar do “outro”, predisposto à compreensão das dinâmicas envolvidas nas práticas sociais – considerando especificamente este estudo, nas práticas comunicacionais como estratégias de visibilidade. Em nossa investigação, coadunam a entrevista, a análise de conteúdos de mídia (de massa e produzidos pelos próprios sujeitos) e de dados secundários (como informações de órgãos /

⁵⁶ Tradução livre do original: “*The first field trip is a stunning roller coaster of self-doubt, boredom, excitement, disorientation, uncertainty, exhaustion, bullying, being bullied, cajoling, being cajoled – in the course of which we somehow accumulate “data”, precious notebooks packed with disorganized thoughts, detailed observations of minutiae, descriptions of rituals, transcriptions of conversations, diagrams and detritus. Doing fieldwork is a matter of being in the right place at the right time (not necessarily the time your informants told you would be the right time) and asking the right questions of a wide variety of people.*” Unfortunately, we rarely know the right place, right time, right question, or right people until we have nearly finished the job, or have finished it and are three thousand miles away”.

instituições ligados às juventudes) e a pesquisa participante em campo.

A propósito, Cicilia Peruzzo (2003) discorre sobre a pesquisa participante na Comunicação. Ela relembra que foi na década de 1980 e início de 1990 que houve expressiva presença de estudos baseados nesta metodologia no Brasil. Um período de efervescência social e acadêmica, segundo Peruzzo, em que os pesquisadores estavam interessados em “fazer algo diferente”, em empreender pesquisas que pudessem “contribuir com a sociedade, e especialmente para solucionar graves problemas provenientes das contradições de classe e contribuir para promover a mudança social” (PERUZZO, 2003, p.6).

Peruzzo diferencia três modalidades de investigação em campo recorrentemente confundidas entre si: pesquisa-ação, pesquisa participante e observação participante. A autora empenha-se em descrever o que contempla cada um dos termos, explicando que todos englobam o que simplesmente chamamos de “pesquisa participante”. Como as definições apresentadas levam em consideração o emprego de cada uma em estudos da Comunicação, julgamos interessante aqui apresentá-las. De acordo com Cicilia Peruzzo (2003, p.10-11), em linhas gerais, na observação participante, o pesquisador está inserido no grupo, acompanha as situações que envolvem seu objeto, mas não se confunde com os sujeitos. Basicamente, ele “observa” as práticas, “olha”, podendo sua identidade e objetivos ser revelados, ou não.

Já na pesquisa participante, o pesquisador pode interagir como membro do grupo, que conhece as intenções e propósitos do investigador. O estudioso também se compromete a “devolver os resultados da investigação”, conforme Peruzzo (2003, p.14). De maneira mais empenhada, a pesquisa-ação, além das características da pesquisa participante, também prevê o engajamento dos sujeitos investigados no processo da pesquisa, auxiliando na formulação do problema e na discussão dos resultados. Entretanto, pondera Peruzzo:

Na área da comunicação, a pesquisa-ação quando desenvolvida procurou contribuir para subsidiar a melhoria dos modos de comunicação dos grupos populares. No entanto, a literatura disponível indica ter havido mais implicação da metodologia da pesquisa participante do que da pesquisa-ação, às vezes até sob o nome de pesquisa-ação (PERUZZO, 2003, p.16).

Comprometer-se com os participantes da investigação está na natureza das

pesquisas qualitativas feministas, perspectiva que tomamos como guia para a realização desta tese e com a qual almejamos contribuir e somar à discussão levantada por Peruzzo sobre a pesquisa participante enquanto método na Comunicação. Em publicações datadas nos anos 1990, Gesa Kirsch (1999) e Margery Wolf (1992), que tomamos como referenciais, já teciam considerações sobre envolver os sujeitos na investigação, mais que apenas dar retorno sobre o trabalho finalizado. O propósito é não apenas discutir resultados com os indivíduos, mas efetivamente deixar suas contribuições transparecerem no texto final, eliminando hierarquias entre pesquisador e pesquisado. Eis o desafio. Kirsch enumera pelo menos três pontos positivos da investigação feminista:

Em primeiro lugar, por conhecer os participantes da pesquisa no contexto das suas vidas diárias (em vez de observá-los a distância), os pesquisadores são mais propensos a observar e coletar dados que refletem perspectivas, conhecimentos e experiências dos participantes. Em segundo lugar, ao envolver os participantes na formulação de questões de pesquisa e pedindo-lhes *feedback* na obtenção de dados e interpretações, os pesquisadores tendem mais a investigar questões que são relevantes para a vida dos participantes. Assim, os pesquisadores são mais inclinados a entender as experiências dos participantes, motivações e valores dentro de seu meio social. Em terceiro lugar, através da concepção de pesquisa que beneficia os participantes e as comunidades em que vivem, os pesquisadores também são propensos a ganhar a confiança e credibilidade entre os membros da comunidade, adquirindo assim acesso a fontes adicionais de informação, bem como a outras fontes. Em suma, os pesquisadores orientados por princípios feministas tendem a pedir "melhor" as questões, o que, por sua vez, pode levar a "melhores" respostas (KIRSCH, 1999, p.12, tradução nossa)⁵⁷.

Quando Cicilia Peruzzo (2003, p.7-8) atribui à pesquisa participante no campo da Comunicação Social as finalidades de “observar fenômenos importantes, especialmente os ligados a experiências populares de comunicação” e “realizar estudos de recepção de conteúdos de mídia que (...) pudessem enxergar os mecanismos de apropriação de mensagens ou mesmo de re-elaboração de mensagens”, reconhecemos nossa tese nestes propósitos. Afinal, ao escolher um método que prevê a interação com os sujeitos do estudo em campo é verdade que

⁵⁷ Tradução livre do original: “First, by getting to know research participants in the context of their daily lives (instead of observing them from a distance), researchers are more likely to observe and collect data that reflects participants’ perspectives, knowledge, and experiences. Second, by involving participants in formulating research questions and by asking them for feedback on data collections and interpretations, researchers are more likely to investigate questions that are relevant to participants’ lives. Thus, researchers are more likely to understand participants’ experiences, motivations and values within their social milieu. Third, by designing research that benefits participants and the communities in which they live, researchers are also likely to gain trust and credibility among community members, thereby gaining access to additional sources of information as well as to other community members. In short, researchers guided by feminist principles are likely to ask ‘better’ questions, which in turn, can lead to ‘better’ answers”.

almejamos “que os resultados da pesquisa – ou até mesmo o seu processo de realização – pudessem retornar ao grupo pesquisado e serem aplicados em seu benefício” (PERUZZO, 2003, p.8).

Porém, às finalidades por Peruzzo descritas, aventamos acrescentar outras duas, complementares, a fim de contribuir para a delimitação dos objetivos da pesquisa participante quando empregada na Comunicação, na atualidade, agregando intentos dos estudos qualitativos feministas. Desta forma, a pesquisa participante na Comunicação também tem por fim, propomos:

- a) observar não apenas a recepção, mas voltar-se também para a análise da produção e emissão de conteúdos por parte dos sujeitos que hoje também dominam a linguagem técnica (antes majoritariamente restrita a produtores de meios de massa), elaborando mensagens em vídeo, áudio, imagem e texto, difundindo ideias e perspectivas, pessoais ou coletivas, principalmente em canais potencializados pela internet;
- b) empoderar os participantes da pesquisa. Pois, além de dar ao(s) indivíduo(s) envolvido(s) na investigação o resultado de nossa análise, como “retorno” a ser utilizado em seu benefício, é possível envolver este(s) indivíduo(s) de forma mais ativa, trazendo-o(s) para o centro do trabalho, tirando-o(s) do posto de observado(s) para posicioná-lo(s) como colaborador(es) ativo(s) do estudo que, ao fim, trata dele(s) mesmo(s). Inclusive, a matéria-prima para construção de nossas pesquisas etnográficas, em essência, não nos pertence, mas sim aos sujeitos que nos dispomos a estudar: suas vivências, práticas, histórias. É a experiência de um outro que transformaremos em dados acadêmicos, em *data*. Deste processo de conversão de situações observadas e compartilhadas em texto também devem participar os protagonistas da pesquisa.

Dito isso, e considerando os desafios da orientação apontada pelas pesquisas qualitativas feministas, partiremos para a problematização de duas questões em nosso campo – que não são únicas, mas as selecionadas para um debate mais detido – anunciadas no início deste capítulo: (1) sobre o

posicionamento desta pesquisadora em relação aos sujeitos participantes do estudo; (2) sobre como experiências vividas e observadas são transformadas em informações acadêmicas. O fim é discutir aspectos metodológicos partindo do relacionamento com os jovens e do manuseio e análise das informações obtidas.

2.3.1

Eu e Eles e Elas; *They and I*: sobre a interação com os sujeitos no campo

Tarde de sábado. Arena Dicró. Foi a segunda vez que voltei a este espaço cultural comunitário, no pé da Vila Cruzeiro, na Zona Norte do Rio de Janeiro. E novamente o objetivo foi ir ao encontro da galera da Expo Passinho Carioca. Mas seria diferente. Não fui assistir a apresentações, o propósito era exclusivamente entrevistá-los. Ou, melhor, ouvi-los, deixá-los falar, opinar. Quando cheguei, o grupo já aguardava na área externa, reunidos sob uma sombra – estava bem quente aquele dia. Escutei em coro um “até que enfim”, enquanto me aproximava – sim, eu estava atrasada. Sorri, pedi desculpas pelo atraso e justifiquei com o fato de ter acabado de chegar de Juiz de Fora e ter ido direto para a Arena, pegando ônibus, trem e chuva... – este último trajeto levou quase uma hora. Eles não pareceram estar entediados com a situação, ao contrário, um pouco ansiosos e curiosos com a minha presença ali. Também sorriram. Fiz questão de cumprimentar cada um, individualmente, apertando a mão. Alguns já haviam conversado comigo em outras situações, como VN. Outros certamente já me conheciam de vista – pelo fato de eu “circular” pelos eventos de passinho –, como PQD. Mas havia, também, carinhas desconhecidas, recém-integradas à Expo. Apresentei o David [meu marido], que me acompanhava. Logo o grupo passou a discutir sobre o melhor local para conversarmos. Juntos decidimos ir para uma sala multiuso – com ar-condicionado – da Arena. Piso de ardósia, paredes grafitadas, bancos de madeira de caixote de feira. Um ambiente descontraído e bem agradável para nossa interação. Parte do grupo já estava reunida comigo enquanto outra parte estava gravando um vídeo com Lyu Arisson, que se juntou ao grupo entre novembro e dezembro. Não demorou muito e eu já estava com todos. Iniciei perguntando aos jovens se haveria problema em gravar nossa conversa. Com a concordância deles, passei a câmera ao David, para registrar em vídeo, assim como liguei o gravador de voz do celular. Eu não queria correr o risco de perder qualquer detalhe. Observei que a presença do gravador e da câmera, inicialmente, interferiu na postura dos meninos e meninas. Eles olhavam para a lente nas mãos do David como quem busca o observador do outro lado.... Por um momento, questioneei se aquela situação afetaria a entrevista, uma vez que, por estar registrando, os jovens poderiam não se sentir tão à vontade a dizer tudo que poderiam e gostariam. Mas, com o passar dos minutos e o envolvimento na conversa, acredito que a câmera deixou de ser um “problema”. David posicionou-se de tal forma que se manteve discreto. E eles começaram a se soltar. Estavam na sala nove, dos 12 integrantes da Expo. Lyu Arisson sentou-se fora da roda, mas participou da conversa. Em alguns momentos, fez vídeos e fotos. Contei aos meninos e meninas como conheci o passinho e falei do meu interesse pelo tema. Deixei claro que era pesquisadora em Comunicação. Expliquei que estava ali para ouvi-los, para saber deles o significado do passinho para cada um e para a comunidade, já que eles eram a “autoridade” na dança, a voz apta a falar sobre o tema com propriedade, por vivê-lo, transpirá-lo, suá-lo. Apresentei a eles

algumas concepções particulares sobre o ritmo e pedi que analisassem, concordassem ou discordassem ao longo de nosso papo. Enfatizei que eu gostaria da perspectiva deles sobre a pesquisa. Percebi expressões de satisfação em alguns semblantes a esta explanação inicial. Alguns balançavam a cabeça em sinal de aprovação ao que eu dizia. Agi desta forma porque este é o exercício que venho praticando pelas guias da pesquisa feminista. O que falei aos garotos da Expo é verdadeiro, é o meu real desejo – a intervenção deles na minha tese –, é o que venho apresentando a outros informantes e participantes do campo desde que voltei do Sanduíche.⁵⁸

Quando realizei a entrevista com os dançarinos da Expo Passinho Carioca, eu já estava afeita aos propósitos da pesquisa feminista. E foi por isso que me esforcei para realmente executar aquilo que propõe tal linha metodológica: efetivamente possibilitar o envolvimento dos participantes na investigação, criar condições para que sejam agentes do estudo, cientes do objetivo desta pesquisadora e permitidos a terem voz ativa no trabalho final. Abrir espaço para a crítica dos indivíduos juvenis à minha pesquisa é postura que assumi desde o campo em Nova Orleans. Porém, é justo admitir que não se trata de tarefa fácil. É prática construída no dia a dia da investigação e que pode amplificar os desafios da pesquisa, como a própria relação com os participantes. Pois estaremos preparados para realmente deixar o outro falar em “nosso” trabalho, desprendidos da vaidade acadêmica e libertos do “olhar de dominação” sobre os “pesquisados”? Confesso que tal contenda fez-me persistir no caminho.

Na cidade norte-americana, cheguei a convidar Mwende para assistir a uma apresentação na *Tulane University* onde eu explanaria sobre o Blog *Noirlinians* e o Noyom. Confesso que fiquei um tanto atordoada quando ela confirmou presença. Os dias que antecederam a apresentação foram de inquietação. Além da preocupação em organizar um discurso claro e objetivo – em uma língua que não é a minha materna –, surpreendia-me refletindo sobre manter ou não determinado aspecto no texto em função de conquistar, ou não, a aprovação de Mwende. “E se ela discordar?”, eu pensava. Mas logo já me dava a resposta: “Se isso acontecer, estarei cumprindo o propósito de deixá-la opinar, interferir, construir junto comigo”. A questão, então, é como interpretar as experiências dos participantes da pesquisa quando seu parâmetro analítico, valores e visão de mundo podem diferir pronunciadamente dos nossos. Mwende não foi à apresentação. Justificou dias depois lamentando a ausência e explicando que teve

⁵⁸ Nota registrada no dia 17 de dezembro de 2016. Rio de Janeiro, Brasil.

um compromisso de trabalho. Minha relação com ela, enquanto pesquisadora e participante, foi bem interessante para pensar a perspectiva dos estudos feministas.

Mwende é uma jovem inteligente, com duas graduações e muito engajada, como expliquei no subcapítulo anterior. Na segunda vez que nos encontramos (quando fui acompanhar uma sessão de fotos para o Blog, feita por dois estudantes de Nola, em uma manhã de sábado), eu queria, de alguma forma, estabelecer mais contato, conversar, conhecê-la, aproximar-me. Fui e voltei de carona com ela, que dirigia o carro da colega com quem dividia a casa em que morava. Denisio, coautora do *Noirlinians*, também estava no veículo, no banco da frente. Eu estava sentada logo atrás. No retorno para casa, já havíamos deixado os jovens em seus destinos e realizamos uma breve parada em um supermercado para que Mwende fizesse algumas compras. Esperei no veículo com Denisio.

Quando Mwende voltou ao carro, eu fiquei procurando assuntos para continuar papeando. Estávamos próximas do Dia de Ação de Graças e resolvi falar sobre isso, perguntando se elas celebravam a data. Mwende logo respondeu dizendo que se tratava de “uma prática para comemorar o genocídio da população negra e indígena dos Estados Unidos”. Fiquei sem graça e mudei o tema para “Black Friday” (recorrendo ao meu escasso e estereotipado repertório da cultura norte-americana), dia de promoção de produtos logo após o *Thanksgiving*. Mwende novamente respondeu, com certa aspereza, dizendo algo sobre a data ser uma afronta aos afro-americanos e comentando algo sobre “vender meninos negros”. Não compreendi bem a conclusão do raciocínio dela, mas percebi que foi em tom de crítica ao meu questionamento. Decidi ficar quieta. Já estávamos chegando à Tulane. Reforcei meu interesse em fotografá-las para o blog e agradei por tê-las acompanhado naquele sábado. Já se aproximava das três horas da tarde. Fiquei parada em frente à biblioteca da Tulane enquanto acompanhava o carro de Mwende seguir. Sorri e acenei para elas, que retribuíram.⁵⁹

Esse episódio marcou-me de modo peculiar. É certo que minhas interações no campo em Nola eram pautadas também pelo anseio de comunicar-me corretamente com as pessoas, uma vez que ali a língua falada não era a minha materna (o que não foi um problema, mas, em algumas situações, apresentou-se, sim, como desafio extra). Porém, além disso, relacionar-me com os indivíduos do campo também trazia à tona o “eu” e o “outro” da pesquisa. Mwende é mulher, negra e interessa-se por questões sociais, como eu. Mas isso não era suficiente para a produção imediata da empatia de ambas as partes.

⁵⁹ Nota registrada no dia 21 de novembro de 2015. Nova Orleans, Estados Unidos.

Mesmo no Brasil, supondo ter certa familiaridade com o campo escolhido – por ter crescido na periferia de uma cidade do interior de Minas Gerais, por interessar-me há longa data pela temática central desta pesquisa, entre outros motivos –, sou consciente de que isso não significou entendimento e compreensão antecipada da lógica das relações na paisagem social definida para a pesquisa de campo, como destaca Gilberto Velho (1978). O conhecimento pode estar comprometido por estereótipos. Ao refletir sobre a observação daquilo que nos seria familiar, Velho afirma que:

[...] sendo o pesquisador membro da sociedade, coloca-se, inevitavelmente, a questão de seu lugar e de suas possibilidades de relativizá-lo ou transcendê-lo e poder "por-se no lugar do outro". É preciso chamar atenção para o fato de que mesmo nas sociedades mais hierarquizadas há momentos, situações ou papéis sociais que permitem a crítica, a relativização ou até o rompimento com a hierarquia (VELHO, 1978, p. 127).

Em muitos contextos, relacionamo-nos tomando como base somente a lógica de rotular para “conhecer” – ou, ao menos identificar – pessoas, grupos e situações. Recorrendo a DaMatta, Gilberto Velho (1978, p.127)⁶⁰ explica que “a hierarquia organizada mapeia e, portanto, cada categoria social tem o seu lugar através de estereótipos como, por exemplo: o trabalhador nordestino, “paraíba”, é ignorante, infantil, subnutrido; o surfista é maconheiro, alienado, etc.”.

Há ainda de se considerar, também alertados pela leitura de Velho, de que ao estudar o que está próximo, o pesquisador “expõe-se, com maior ou menor intensidade, a um confronto com outros especialistas, com leigos e até, em certos casos, com representantes dos universos de que foram investigadores, que podem discordar das interpretações do investigador” (VELHO, 1978, p.131). Relatos desta última situação podem ser encontrados em várias etnografias debruçadas aos estudos urbanos, entre as quais citamos a clássica *Sociedade de Esquina*, de William Foote Whyte (2005), na qual o autor apresenta o cotidiano de uma área degradada e pobre de Boston, nos Estados Unidos.

Foote Whyte, à época com seus 20 e poucos anos, morou de 1936 a 1940 na região pesquisada. Seu estudo foi publicado em 1943 e sublinha, além das práticas observadas em campo, os desafios do pesquisador que se propõe à

⁶⁰ A discussão empreendida pelo debate do *familiar*, do que é *conhecido*, segundo os pensadores da Antropologia ora citados, remete-nos à questão própria das representações sociais elencadas por Serge Moscovici (2015), tema a ser explorado no Capítulo 3.

investigação em comunidades e organizações. Especificamente no Anexo A, agregado ao texto principal nos anos 1990, Foote Whyte esclarece o contexto de realização de seu trabalho, em resposta a críticas no que tange ao seu relacionamento com o universo investigado. Foote Whyte (2005) sinaliza o fato de que o pesquisador é um ser social, assim como seus informantes, o que não pode ser negligenciado durante o – e mesmo depois do – processo investigativo.

O relacionamento entre pesquisador e sujeitos é um dos pontos fulcrais da discussão metodológica na perspectiva feminista. Por posicionar em seu cerne a preocupação em como transformar nossos estudos em instrumentos que vão ajudar os participantes, podendo melhorar suas vidas, torna-se imperativa a pormenorização do lugar de todos os atores sociais envolvidos nos estudos que se enquadram na linha feminista – como o nosso.

O primeiro ponto que evidenciamos neste contexto de ação mútua – de pesquisadora e jovens –, é o risco do olhar colonialista. Margery Wolf (1992) alerta que o etnógrafo deve tomar cuidado para não reproduzir o olhar colonialista dominante sobre o campo pesquisado, uma vez que é preciso admitir que há relações de poder entre as diferentes sociedades. Desta forma, os estudiosos devem estar conscientes de que as diferenças de poder podem distorcer percepções e enviesar interpretações. Entretanto, tais “perigos” não nos devem fazer abandonar as pesquisas, ao contrário, é preciso focar o e atentar ao “outro” para quem olhamos em busca de respostas para as questões acadêmicas.

A esta consideração, passei a refletir sobre o “eu” e o “Outro” nesta pesquisa: sou mulher, negra, brasileira, criada em um bairro de classe baixa de Juiz de Fora, em Minas Gerais. Casada. Na faixa dos 30 anos. Trabalho desde os 13. Filha de profissionais autônomos que mal completaram o 2º grau, por falta de oportunidade. Neta materna de analfabetos. A primeira da minha família a concluir um curso de graduação, terminar um mestrado e a ingressar em um doutorado. Por estas características, minhas marcas (que listo apenas para contextualizar meu “eu” na investigação), acreditei que o “olhar colonialista” não seria um problema. Acreditei que não estaria vulnerável a acusações de superioridade sobre aqueles que estudo, pois meu perfil guarda semelhanças com o deles.

Pesquisando nos Estados Unidos, seria uma negra de um país menos

desenvolvido interagindo com outros sujeitos negros. No Brasil, sou uma mulher que já passou por situações que hoje também afligem muitos dos dançarinos de passinho de favelas do Rio de Janeiro, muitas vezes preteridos socialmente em função do lugar onde residem e também da cor da pele. Não era concebível para mim a possibilidade de lançar sobre os participantes um olhar de desvio, por ter plena ciência de que minha realidade não está acima da deles. Ledo engano. Pois as lógicas sociais, por si, estabelecem marcos de diferenciação.

A condição de estudante nos Estados Unidos, tendo lá como suporte uma universidade “branca” e de classe média/alta⁶¹, já estabelecia uma linha divisória entre mim e os participantes do Noyom. O *status* de doutoranda da PUC-Rio (ainda que o curso de doutorado no meu Programa de Pós-Graduação não seja pago) e a forma de me vestir (simples, malha e jeans, sem salto ou luxo, mas ainda assim diferente da dos jovens favelados: “Você está [vestida] como uma jornalista”, disse-me Thiago em certa ocasião), por exemplo, já me distinguiam dos passistas. A própria definição como “pesquisadora” já tende a colocar o estudioso em um suposto patamar acima dos sujeitos da investigação – o que é um tremendo equívoco, tendo em vista que o trabalho final do “pesquisador” só tomará forma porque depende daquilo que será obtido, dado, apanhado por empréstimo dos participantes, donos por direito das informações que comporão a análise acadêmica.

O meu esforço, então, teve que ser no sentido de não deixar tais particularidades, minhas e deles, afetarem a presença e atuação no campo da pesquisa. A questão não é apenas evitar o meu olhar colonialista, mas cuidar para que o outro da investigação não se sinta alvo potencial do olhar de dominação – porque não é, mesmo, este o intento. O caminho, sugere Wolf (1992, p.13), é tentar ser sensível às implicações de nosso *status* percebido, principalmente quando se trabalha em sua própria sociedade. E não importa o quão cuidadoso sejamos, é necessário estarmos preparados para assumir o lugar de “Outro” em nossos estudos. Pois, para os participantes, o “Outro” é o pesquisador.

Gesa E. Kirsch (1999) também elenca contribuições importantes a esta discussão sobre os lugares de pesquisador e participantes no campo. Ela relata seu

⁶¹ A *Tulane University* tem cerca de 8 mil alunos de graduação, majoritariamente brancos e de classe média alta e alta, segundo o chefe do Departamento de Comunicação, professor Mauro Porto. Os estudantes (se não têm apoio financeiro) pagam em torno de US\$51,000 dólares/ano (*tuition and fees*).

desconforto e inquietação ao realizar algumas entrevistas, pois via suas interlocutoras compartilhando pensamentos particulares, íntimos, enquanto ela, entrevistadora, estava apenas ali, ouvindo, como um *voyeur*. Mesmo compreendendo que esta é a dinâmica da entrevista, Kirsch pontua que tal condição era perturbadora. Porém, com o tempo, foi aprendendo que os sentimentos de inquietude são comuns, por mais que pouco publicizados por muitos pesquisadores, que preferem se concentrar nos “dados obtidos” em detrimento dos conflitos enfrentados no campo, estes, elementos que podem dizer muito sobre a pesquisa e seus resultados. Conforme Kirsch, momentos de dilema podem se tornar aliados na investigação, fazendo com que o pesquisador seja mais crítico, reflexivo e sensível nas interações com os participantes.

Claro, passei por situações de conflito ético ao longo do desenvolvimento deste trabalho, tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil. Em Nola, vi-me participando de um manifesto popular contra o assassinato de um jovem negro pela polícia americana. Mwende era uma das mentoras do protesto e foi quem me convidou para estar lá, nas ruas, acompanhando a família da vítima e outros ativistas, majoritariamente negros, com palavras de ordem e cartazes. Por um momento, surpreendi-me desconfortável naquele contexto, questionando-me se era correto eu estar ali, se naquela situação eu era pesquisadora ou militante (como chamara minha atenção uma professora durante as disciplinas do doutorado), se eu devia registrar o que via em notas de campo, fotos e vídeos. Decidi pelo caminho do respeito e da solidariedade ao movimento, em vez de lançar mão do *voyeurismo*. Inclusive, por concordar com a causa e me indignar com o genocídio da juventude negra por autoridades policiais (como no Brasil). Acompanhei a passeata, mas não levantei cartazes. Não fiz entrevistas. O clima não era para isso. Fiz registros fotográficos, como lembrança daquele movimento que tanto revela sobre o contexto de jovens pretos e pobres em Nola – indicativo de um cenário nacional –, por entender que aquela mobilização está entranhada no campo onde estão os sujeitos desta pesquisa. Mais tarde, em casa, escrevi a seguinte nota:

Sábado pós *Mardi Gras*. Fui ao protesto pela morte de Eric Harris, um jovem negro, de 22 anos, que teria sido baleado múltiplas vezes por policiais em Nova Orleans. O assassinato teria acontecido na segunda-feira de carnaval, 8 de fevereiro. Eric estava no carro, junto com a namorada. O veículo teria batido em um poste e o jovem teria sido alvo dos tiros dentro do carro acidentado. A

namorada nada sofreu. Mwende é uma das pessoas envolvidas na mobilização. Além de postar convocações para o protesto no *Instagram* e no *Facebook*, ela mudou a foto de seu perfil nas redes sociais para uma mensagem que chama a atenção para o caso. Com o fundo nas cores vermelho, preto e verde, a mensagem diz: #JusticeForEricHarrisNola #BlackLivesMatter

(...)

Cheguei ao local marcado para o protesto – Philip St, em Central City. Em frente a uma casa, um homem discursava sobre o que aconteceu com Eric. Em seguida, uma mulher também falou. Ambos citaram o movimento *Black Lives Matter* e enfatizaram que não era possível “permitir que situações como a que ocorreu com Eric Harris se repetissem em Nova Orleans.” Por isso era preciso “fazer justiça, divulgar o caso – até então ignorado pela mídia de Nola de uma maneira geral”. Um grupo de 20 a 30 pessoas acompanhava os discursos. A mãe de Eric estava no local, chorava muito e era amparada por outras pessoas. Percebi que havia um homem tomando notas. Era jornalista, com certeza. Foi para ele (branco, provavelmente na casa dos 40 anos, usando crachá do jornal) que perguntei se a casa em frente da qual estávamos era de Eric. Ele respondeu que não, que era apenas um ponto de encontro para o protesto. No passeio, em frente à residência, havia uma peça do carro de Eric. Ao final dos discursos, uma mulher disse que havia cartazes para quem quisesse pegar e, juntos, sairíamos em marcha pelo quarteirão. Mwende se aproximou desta mulher neste momento. Enquanto os cartazes eram distribuídos, Mwende puxou o grito: “*What do we want? Justice! When? Now!*” (*O que nós queremos? Justiça! Quando? Já!*). As palavras de ordem foram sendo repetidas enquanto o grupo caminhava, intercaladas com o nome “Eric Harris”. A maioria dos manifestantes era jovem e negra. A mãe da vítima seguiu de carro. No caminho, algumas pessoas na varanda de casas juntavam suas vozes ao clamor por justiça. Mwende distribuía panfletos⁶² com o relato do caso. Quando me viu – eu acompanhava mais atrás –, deu-me um papel, abraçou-me e disse “*Good to see you*” (*Bom te ver!*). Acompanhei parte da caminhada pensando no meu lugar naquela manifestação: brasileira, negra, pesquisadora de juventude. Emocionei-me. Aquele protesto, no Sul dos Estados Unidos, evocava uma realidade tão cruel também testemunhada por mim no meu país, no Rio, na minha cidade, no bairro que morei por 23 anos. Fez-me pensar na juventude que clama – como clamavam os manifestantes – por respeito, reconhecimento, cidadania. Solidarizei-me.⁶³ (Figura 18)



Figura 18: *Justice for Eric Harris* | Nova Orleans. Foto: Aline Maia (2016)

⁶² Vide anexo página 335.

⁶³ Nota registrada no dia 13 de fevereiro de 2016. Nova Orleans, Estados Unidos.

No Brasil, a proximidade com os participantes também trouxe à tona dilemas éticos. Por exemplo, ouvi de alguns informantes, que se tornaram mais íntimos, revelações que, logo em seguida, eles mesmos pediram que não fossem usadas na pesquisa. Para estes casos, Gesa E. Kirsch (1999) recomenda o reconhecimento de que em campo estão em jogo relações humanas, acompanhadas de todas as implicações do mundo social, e ainda modeladas por dinâmicas de poder, gênero, raça, classe, além de outros fatores.

No entanto, o potencial de relações insatisfatórias com os participantes não é motivo para desespero. É, em vez disso, a razão para sermos tão respeitosos, solidários e compreensivos quanto possível em nossas interações com os participantes. Aqui isto ajuda, eu acredito, a lembrar que as relações com os participantes são diferentes das relações com amigos ou família. Amizades desenvolvem-se ao longo do tempo, são baseadas na confiança mútua e envolvem a troca de informações pessoais: enquanto as relações com os participantes podem não ter todas essas características. Mas isso não requer um retorno aos métodos tradicionais de investigação que demandam dos estudiosos manterem-se objetivos, distantes e separados nas suas relações com os participantes. Princípios feministas de pesquisa apresentam uma alternativa - e, creio eu, melhor - ideal para a qual lutar (KIRSCH, 1999, p.43, tradução nossa).⁶⁴

Pelas experiências vividas e seguindo, então, os princípios feministas, o caminho do respeito, da honestidade “em campo” e “com o campo” parece ser o mais profícuo a esta investigação qualitativa. A acrescentar a humildade do pesquisador, condição imprescindível para o efetivo propósito de buscar a sintonia com o “outro”, na certeza de que não há saberes prévios superiores ao conhecimento a ser construído a partir da relação eu-eles-elas.

Para além dos potenciais embaraços advindos do estar em campo, há ainda os embates oriundos do momento em que o pesquisador concentrar-se-á em frente ao computador, buscando escrever aquilo que viu, ouviu, viveu. Entra em cena outra preocupação dos estudos feministas: a de não deturpar, sub-representar o “outro”, risco iminente quando, por exemplo, o estudioso discorda das interpretações dos participantes. Nestes casos, está dada a provocação: como

⁶⁴ Tradução livre do original: “*Yet the potential for unsatisfactory relations with participants is not reason to despair. It is, instead, reason to be as respectful, supportive, and empathetic as possible in our interactions with participants. Here it helps, I think, to remember that relations with participants are different from relations with friends or family. Friendship develop over time, are based on mutual trust, and involve the exchange of personal information: while relations with participants may lack all of these qualities. But this does not require a return to traditional research methods of inquiry which ask scholars to remain objective, distanced, and detached in their relations with participants. Feminist principles of research present an alternative – and, I believe, better – ideal to strive for.*”

conferir voz aos sujeitos da pesquisa se a redação final do trabalho acadêmico vai de encontro às perspectivas destes mesmos sujeitos? É sobre a dificuldade em interpretar e representar – em texto – as experiências do “outro” que trataremos a seguir. Apesar de estar em um subcapítulo separado, tal discussão tem estreita ligação com o lugar da pesquisadora, do “eu” e dos sujeitos, o “Outro”, na investigação.

2.3.2

Do campo para a escrivadinha: sobre o texto que materializa as histórias

Como traduzir minha primeira participação em um evento de poesia nos Estados Unidos em texto? No palco, eu acompanhei meninos e meninas, negros, falando de dúvidas e dilemas muito próprios da adolescência/juventude: aceitação na sociedade, conflito geracional, os primeiros amores e também as primeiras decepções, a relação com o corpo em transformação refletida na briga com o espelho. “*Who am I?*”, repetia um jovem em uma apaixonada performance, sob olhares de aprovação. Como colocar isso no papel? Como colocar em palavras os movimentos corporais tão elásticos, precisos e rápidos feitos pelo passista na batalha no Cantagalo? E o deboche do corpo que se contorce, salta, flutua no ar para delírio de uma plateia que vê no dançarino em cena seu mais novo ídolo? Como compartilhar com a academia as sensações do campo já que estas não são experimentos *in vitro* como permitem algumas pesquisas científicas? O recurso é o texto.

Em dado momento deste estudo, pareceu-me um tanto irônico pensar que, para discutir representação – temática no âmago deste trabalho –, é preciso produzir representação. Afinal, é o texto escrito que vai materializar as pessoas e as histórias testemunhadas e vividas em campo. Sem a representação que vem com as palavras encadeadas, não há comunicação⁶⁵. Esta constatação conferiu ainda mais responsabilidade ao desenvolvimento deste trabalho e motivou-nos a dedicar algumas linhas da reflexão neste capítulo às políticas de representação no método etnográfico, a partir das autoras feministas que nos baseiam.

⁶⁵ Intolerantes à ausência de sentido, nós, sujeitos sociais, recorrentemente apoiamo-nos em algum artifício representacional para tornar familiar o não familiar. É disso que Moscovici trata ao discutir representações sociais, temática a ser abordada no próximo Capítulo.

Margery Wolf (1992) ilustra bem as diferentes formas de construir uma etnografia a partir da sua experiência de redação de um mesmo episódio por três vezes, em três diferentes estágios de seu amadurecimento acadêmico. A essência de sua proposta é problematizar o destino que os pesquisadores dão ao material obtido em campo, considerando o contexto cultural do estudioso e dos estudados, os dados anotados e aqueles apenas registrados na memória, bem como as vozes que vão sobressair na narrativa etnográfica. O fato reportado em três distintas situações ocorreu em 1960, em uma vila, em Taiwan (Wolf, 1992, p.8): uma jovem mãe, com três crianças, passa a apresentar comportamento considerado “anormal”, suicida, pela comunidade. Cerca de um mês depois, ela apresenta sintomas de doença mental. A situação da mulher vira “assunto” na vila, tema de fofoca envolvendo até mesmo pessoas de comunidades vizinhas. Influencia nesta situação o fato de a mulher ser uma “outsider”, pois morava na vila há apenas dez anos e, para ser considerada um membro “legítimo”, sua família deveria viver ali há pelo menos duas gerações, preferencialmente. A mulher foi internada, mantida na cama e drogada. Quando saiu do hospital, chegou a ser reconhecida como um Tang-Ki – um tipo de *Shaman* com quem Deus fala – pela comunidade. Ao fim, a mãe da mulher a levou embora da vila.

A este evento, assume Wolf, foram construídas três narrativas com perspectivas, abordagens e olhares distintos. É a partir da apresentação destes textos, seguidos de comentários, que a autora discute a representação textual. Uma das versões, segundo Wolf, está impregnada das numerosas vozes que ecoavam na sua cabeça e na do marido ao final de cada dia, ao escreverem as notas de campo. Em particular, a voz da assistente Wu Chieh, uma taiwanesa que aprendeu a fazer perguntas e a responder de uma forma que atendessem às mentes ocidentais, interferindo, por isso, em considerável medida no trabalho em andamento. Em outra versão de texto, Wolf acredita ter expressado suas ideias de forma mais independente, como uma antropóloga contando uma história no contexto do shamanismo em Taiwan. As entrevistas de Wu ajudaram, porém a interpretação dos autores não ficou baseada na assistente, mas foi guiada pelos sujeitos pesquisados considerando de onde estes vinham e o contexto cultural do acontecimento. Já a terceira versão de texto, na prática publicada primeiro, é taxada por Wolf como “ficção”, podendo ser rotulada como uma “etnografia

experimental”, segundo a autora, com forte presença do “eu” da pesquisadora, refletida em relatos de muita emoção, dúvidas, medos e conflitos na voz da estudiosa.

A esta exemplificação de Wolf questionamos também sobre o texto que nos propomos a construir neste estudo: a busca do equilíbrio de vozes (já que a escolha e o tratamento destas também influenciará no texto final), o cuidado para evitar a construção fictícia (alegórica, deslumbrada, focada no preciosismo do texto literário em função da apresentação de informações concretas), o foco em perseguir a moderação do “eu” para que o “outro” possa de fato emergir. Nesta linha, é imprescindível relativizar que as interpretações do pesquisador são feitas à luz de sua bagagem cultural, como exemplifica Wolf:

Eu posso dar a minha interpretação do que eu vejo, ouço, cheiro e sinto filtrada por uma mentalidade que foi construída nos Estados Unidos. Mesmo depois de muitos anos vivendo e fazendo pesquisa em uma sociedade chinesa, eu não tenho os processos de pensamento de alguém criado, construído socialmente na China. Não estou sugerindo que somente alguém criado como um chinês pode "realmente compreender" a cultura chinesa, mas apenas que um chinês encontraria e contaria alguns detalhes importantes nesta história que eu provavelmente deixo escapar (WOLF, 1992, p.57-58, tradução nossa).⁶⁶

Ao avaliar a interpretação do pesquisador sobre o campo, Wolf também tece observações sobre as *headnotes* e as *fieldnotes*, que aqui prefiro manter em redação inglesa por considerar mais fidedigno ao raciocínio da autora. As primeiras, *headnotes*, estariam em constante mutação, sendo reinterpretadas de acordo com as vivências do pesquisador em campo. Trata-se dos eventos que o estudioso guarda na memória, sem o registro formal em texto, imagem ou som, mas o arquivamento mental de situações experimentadas. Já as segundas são as anotações que compõem o caderno do etnógrafo, as observações transcritas. Uma vez no papel, não seriam alteradas. A etnografia seria, então, o produto de *fieldnotes* + *headnotes*. O ponto de atenção desta equação ($f + h$), segundo Wolf, é o risco de o pesquisador confiar, excessivamente, nas *headnotes*. A própria estudiosa assume que, em um dos seus três textos sobre a mulher na vila

⁶⁶ Tradução livre do original: “I can give my interpretation of what I see, hear, smell, and feel, filtered through a mind that was constructed in the United States. Even after many years of living in and doing research on Chinese society, I do not have the thought processes of one who was raised, socially constructed if you will, in China. I am not suggesting that only someone raised as a Chinese can “really understand” Chinese culture, merely that some of the details that a Chinese telling this story would find important – convincing – I would probably miss.”

taiwanesa, alguns dos diálogos apresentados aconteceram apenas em suas *headnotes*, estando qualquer referência a eles ausente das *fieldnotes*. A autora admite que, talvez, alguns fatos tenham sido gradualmente por ela transformados para se adequarem ao texto construído.

Realizando a pesquisa de campo em Nova Orleans e no Rio de Janeiro, considerando as observações presenciais e virtuais, como já explicamos, reuni muitos dados, anotações, entrevistas, fotos, vídeos, e-mails trocados, mensagens no *WhatsApp* e *prints* de conteúdo *on-line* sobre os jovens participantes. De fato, há também um volume considerável de *headnotes*. O esforço, desde a redação da primeira linha deste trabalho, é seguir pela escrita que não subestima os perigos e os benefícios de cada componente desta equação ($f + h$), reconhecendo que a experiência etnográfica pode ser confusa, conforme Wolf, pois o que tendemos a buscar são padrões de comportamento, consistência em atitudes, significados em uma conversa casual.

Ainda sobre as anotações feitas em campo, Wolf pontua tratar-se da primeira ordenação “daquilo que sabemos” sobre os sujeitos pesquisados: “Notas de campo são partes de informações filtradas pelas mentes daqueles que as observam e registram”⁶⁷ (WOLF, 1992, p.91, tradução nossa). Não são descrições puras da realidade, mas trechos de conversas e resumos de comportamento que passaram, de alguma forma, pela seleção do olhar do pesquisador em campo. Assim, é importante lembrar que o trabalho em campo (e depois do campo) é dependente de um conjunto, muitas vezes, desorganizado de fatos, pois, quando o comportamento humano é o dado a ser trabalhado, é essencial ter tolerância para a ambiguidade, multiplicidade, contradição e instabilidade, enfatiza Margery. Por fim, identificamo-nos na conclusão da autora que finaliza jogando luz sobre o fato de que discutir metodologia na pesquisa de campo ou problematizar a autoridade para escrever etnografias é tratar, ao cabo, de poder – quem o tem, como ele é usado e para quais finalidades.

Esta discussão também é levantada por Gesa Kirsch (1999), outra autora à qual já vimos nos referindo neste capítulo. Gesa aprofunda a reflexão sobre a dinâmica do movimento do pesquisador do campo para a mesa de trabalho, também explorando o processo de transformação da “experiência vivida” em

⁶⁷ Tradução livre do original: “*Fieldnotes are bits and pieces of information filtered through the minds of those who observe and record them.*”

“experiência reportada”:

As políticas de interpretação e representação são particularmente irritantes para as pesquisadoras feministas porque, tantas vezes, esperamos capacitar as pessoas que estudamos e melhorar as condições de suas vidas. No entanto, inevitavelmente, pesquisadores estão implicados no processo de falar pelos outros, potencialmente silenciá-los. Uma deturpação neste silêncio e a representação pode tornar-se o reforço de estruturas de poder injustas e hierarquias institucionais (KIRSCH, 1999, p.46, tradução nossa).⁶⁸

Assim, mesmo afeitos aos princípios feministas de investigação, é preciso cuidar para que o desejo de envolver e até capacitar os participantes não nos leve à imposição dos nossos valores sobre os outros, com o domínio constante dos nossos modos de pensar, ler, escrever e ver o mundo.

Ao discutir o processo de representação pela escrita acadêmica, Kirsch chama a atenção para o risco de sub-representação dos participantes – perigo iminente quando há muitas diferenças (em termos de classe, gênero, educação, raça e recursos) entre pesquisadores e sujeitos. Como discurremos, inicialmente acreditamos não encontrar em campo desafios por diferenças de classe, gênero ou raça em relação aos indivíduos juvenis desta pesquisa. Entretanto, aprendemos que esta diferenciação poderia não estar no meu olhar, mas no dos participantes, contexto que demanda, da mesma forma, cautela nas interações em campo e na redação no computador.

Kirsch (1999) também discute o que chama de conflitos de interpretação: discordâncias sobre o significado de histórias, eventos ou informações, desacordo quanto a ideias, valores e outras situações que revelem poder e privilégio entre pesquisador e pesquisado. Tal cenário pode instaurar-se uma vez que é possibilitado aos participantes ter voz ativa sobre a pesquisa – como preveem os princípios feministas, já pontuamos exaustivamente. Há ainda outros conflitos de interpretação que podem provocar situações imprevistas, afetar a reputação dos sujeitos envolvidos, o bem-estar e a segurança. Como exemplo, Kirsch cita as situações em que um sujeito pesquisado pede confidencialidade a uma informação. Como o pesquisador deve agir/julgar nestes casos? Tal situação

⁶⁸ Tradução livre do original: “*The politics of interpretation and representation are particularly vexing for feminist researchers because they so often hope to empower the people they study and to improve the conditions of their lives. Yet, inevitably, researchers are implicated in the process of speaking for others potentially silencing them. An in this silence, representation can become misrepresentation, the reinforcement of unjust power structures and institutional hierarchies.*”

aconteceu conosco em algumas entrevistas com informantes sobre o passinho. O que eu devo fazer? Concordar ou não? Pois, de um lado, urge o compromisso em honrar a confiança que os interlocutores depositaram em mim, porém, de outro, há o comprometimento científico que norteia os pesquisadores a serem tão precisos e francos quanto possível no processo de obtenção e apresentação de informações sobre as pessoas e suas práticas.

A este dilema, Gesa Kirsch aponta como caminho plausível a *negociação*, prática esta, bem entendida, não apenas como ouvir o outro, mas, sobretudo, aprender com ele. Claro, não negligenciamos que a negociação também pode falhar. Mas é um caminho. Segundo Kirsch, negociar é compartilhar a autoridade como pesquisador, respeitando o direito dos participantes de cointerpretação. Diante de possíveis críticas a este comportamento sugerido, Gesa esclarece que o ideal é o estudioso explicar em seu texto o motivo e o contexto quando for preciso omitir algum tipo de dado da pesquisa, por exemplo – é o que me comprometo a fazer neste estudo. Ela também lembra que, em campo, o volume de informações obtidas é muito grande. E, por mais que o autor se proponha ser detalhista em sua redação acadêmica, sempre haverá seleção para temas que se tornarão públicos e outros que serão silenciados. Nem toda a experiência de campo é relatada, pelo simples motivo de que, mesmo em dissertações científicas, não há espaço para tudo. É importante lembrar que o investigador sempre tem muito mais acesso aos dados que o leitor da pesquisa finalizada e escrita⁶⁹. Daí a necessidade do cuidado redobrado – rigor e sensibilidade – ao traduzir experiências vividas em texto acadêmico.

Por fim, a autora concorda e admite que pode não ser fácil apresentar o resultado da investigação aos sujeitos pesquisados e pedir sua opinião. Mesmo estudiosos adeptos das diretrizes feministas costumam relutar a este aspecto. Particularmente, tentei mostrar algumas de minhas elucubrações a Mewnde, nos Estados Unidos, quando a convidei para assistir minha fala na *Tulane University*. Ela não pode participar, apesar de inicialmente ter confirmado presença, como já

⁶⁹ A esta ponderação, novamente remetemos à nossa experiência jornalística. O profissional de jornalismo, como o pesquisador em campo, também tem acesso muito mais amplo às informações sobre um fato. Entretanto, em função do tempo de jornal na TV ou no rádio, ou do espaço que se tem na página da revista ou do jornal impresso, nem todo o material apurado será publicado. Há seleção, priorização de dados e eliminação de outros julgados menos importantes. Será necessário, também ao jornalista, o método, o rigor e a sensibilidade para contar a história de maneira precisa e coerente ao público telespectador / ouvinte / leitor / internauta.

relatei. No Brasil, sempre que tive oportunidade, procurei expor aos meus interlocutores as concepções que vinha traçando sobre o passinho e a ação de mobilizadores culturais nas favelas. De modo peculiar, partiu de um dos informantes, Thiago, a ideia para que eu apresentasse o resultado da pesquisa aos dançarinos da Expo Passinho Carioca, antes da defesa final da presente tese. E assim fizemos, em uma tarde de sexta-feira, em março de 2017, quando este texto já estava em fase de revisão para impressão.

Cheguei pontualmente às três da tarde na Arena Dicró, na Zona Norte do Rio. Bruno e 2P já me aguardavam no pátio. Cumprimentei-os com um abraço. Eles disseram que Thiago estava a caminho. Ficamos conversando sobre as novidades na Expo desde dezembro, última vez que nos encontramos pessoalmente. Eles contavam sobre os ensaios no Centro Coreográfico enquanto atentavam-se, também, ao aplicativo de mensagens no celular. Em poucos minutos, Thiago chegou, acompanhado de VN, PQD, Claudinho e Sanderson. Este último não faz parte do coletivo, mas também é dançarino e ficou conosco naquela tarde. Fomos para a sala multiuso e nos organizamos em uma roda. Dispensei o uso de datashow e optei por fazer a apresentação de maneira informal, a fim de deixá-los à vontade para opinar. Liguei o netbook e abri o texto da tese, apenas para ter um roteiro e não me perder em meio às informações. Thiago logo disse estar ansioso para saber o que eu tinha produzido sobre o passinho. Sua curiosidade deixou-me tensa, confesso, e ainda mais convicta do compromisso que é transformar a vida de pessoas em dado acadêmico. Iniciei agradecendo a presença dos jovens e enfatizando que era a primeira vez que eu apresentaria aqueles resultados, antes mesmo da submissão à banca avaliadora. Os olhares atentos estavam todos voltados para mim. A responsabilidade pesou novamente sobre meus ombros. Senti um leve receio. O que será que eles vão achar? Destaquei meu comprometimento em desenvolver um trabalho que não me rendesse apenas um título, mas que fosse útil principalmente a eles, minimamente, servindo como registro sobre o passinho carioca. Expliquei que seus nomes artísticos são revelados na narrativa, porque é meu intuito que suas vozes sejam identificadas, como forma efetiva da participação de cada um na construção da pesquisa. Percebi em seus rostos um ar de aprovação e satisfação. Neste momento, mais do que nunca, dei-me conta de que este estudo é também um instrumento de visibilidade para estes sujeitos. Logo que eu apresentei o título da tese, o ambiente foi tomado por uma onda de concordância: “Gostei”, “Que legal”, “Já vamo *sharingar* (copiar)”, “Dá pra colocar de legenda na internet: ‘Rabisca e publica!’”, disseram. Senti-me à vontade para prosseguir. Reforcei o objetivo geral da investigação, o caminho escolhido para cumprir a proposta, o foco no Brasil e nos Estados Unidos e a divisão dos capítulos. Em seguida, concentrei-me em falar sobre as conjecturas formuladas a partir da observação do passinho, especificamente: a origem, popularização dentro e fora da favela, o “lugar” de meninas e meninos na dança, as histórias que se repetem entre os passistas, a presença na mídia de massa e na internet, o papel do corpo, a busca por visibilidade. Em vários momentos, eles interferiram, ora concordando com o que eu acabara de falar, ora complementando, adicionando observações e nuances ao meu olhar. PQD sugeriu mudanças textuais, por exemplo, quando descrevi alguns passos da dança. De modo geral, notei uma atmosfera de apoio aos dados compilados. Sorrisos no canto dos lábios quando eu destacava um ou outro aspecto obtido pelas vivências particulares de quem estava ali. Em determinado

momento (quando eu falava sobre as experiências de VN antes de integrar a Expo), Thiago disparou: “Nossa, que legal! Nem eu sabia disso. Gente se eu morrer, chamem a Aline para liderar a Expo. Como você conseguiu captar isso tudo?”. A este comentário os dançarinos riram. Eu também, recusando o “posto” e dizendo a Thiago que ele tem vida longa no coletivo. A conversa já durava uma hora e vinte minutos. Duas meninas chegaram para a aula de passinho (ministrada por VN, PQD e Claudinho) que acontece todas as sextas-feiras naquele lugar. Foi quando percebi que eu precisava terminar. Amarrei as últimas ideias e encerrei. Os meninos aplaudiram e agradeceram por eu ter compartilhado os resultados finais com eles. Eles sentiram-se importantes. E realmente são. Com os olhos marejados, retribuí o agradecimento, reforçando que se eu tirar da tese as vivências deles, simplesmente a pesquisa deixará de existir.⁷⁰

Como benefício de envolver o “outro” em nossos questionamentos, Kirsch argumenta que:

Em primeiro lugar, os próprios participantes são os melhores articuladores de suas próprias necessidades, desejos e experiências - embora nem sempre possam ser autocríticos. Contudo, não podemos ouvir o que os participantes têm a dizer se não estivermos lado a lado com eles no campo. E, em segundo lugar, trabalhando em conjunto com os participantes da pesquisa, podemos juntos formar o vocabulário necessário para expressar resultados de maneira mutuamente esclarecedora (KIRSCH, 1999, p.89, tradução nossa).⁷¹

Kirsch sublinha as responsabilidades assumidas quando envolvemos os participantes na pesquisa. Além de apresentar o resultado aos sujeitos, é propósito, também, envolvê-los, construir narrativas conjuntas, negociar, dar a oportunidade aos indivíduos de representarem suas experiências com seus próprios termos, suas próprias palavras. Por isso, neste estudo, vou falar de jovens “favelados”, “dançarinos de passinho”, “passistas”, “mulekes brabos”, “sinistros”, “reliíquias”, “fodas”, nos mesmos termos por eles usados ao se re(a)presentarem. Também vou falar de jovens “pretos”, “afro-americanos”, que desta forma se apresentaram a mim nos Estados Unidos.

Ainda assim, como alerta Gesa Kirsch, mesmo com as melhores intenções (um projeto cuidadoso e respeitoso, focado em relações de colaboração com os participantes), os pesquisadores continuam suscetíveis a encontrar dilemas interpretativos. E, apesar dos esforços para evidenciar as vozes dos outros em

⁷⁰ Nota registrada no dia 17 de março de 2017. Rio de Janeiro, Brasil.

⁷¹ Tradução livre do original: “*First, participants themselves are the best at articulating their own needs, desires, and experiences – although they may not always be self-critical in expression. Yet we cannot hear much what participants have to say if we are not side-by-side with them in the field. And second, working closely with research participants, we can together fashion the vocabulary needed to express findings in ways that are mutually enlightening.*”

relatórios de pesquisa, os estudiosos permanecem um tanto presos em falar “para” e “sobre” os indivíduos pesquisados. Não temos a ingenuidade de pensar que poderia ser de outra forma. Porém, temos em mente que:

Devemos, então, divulgar aos leitores o nosso ato de equilíbrio; eles precisam ser capazes de ver como nós permitimos aos participantes da pesquisa definirem suas questões em seus próprios termos e representarem seus interesses individuais, enquanto simultaneamente mostramos como essas questões são afetadas por forças sociais, culturais e econômicas que formam as experiências de vida dos participantes (KIRSCH, 1999, p.100-101, tradução nossa).⁷²

Por fim, relembramos que o processo de obtenção de dados qualitativos não pode ser repetido. Trata-se de informações apuradas em dado tempo, lugar, contexto. No momento da redação acadêmica, já se tornam contos históricos. Mas nem por isso perdem seu valor. Não é como em um laboratório no qual determinado experimento pode ser refeito infindáveis vezes. Nem pesquisador, nem leitor poderão entrar em uma mesma cena duas vezes, alerta Gesa. Mais do que nunca, reforça-se a importância e a necessidade da narrativa responsável.

A colaboração que pretendemos ao campo da Comunicação com esta pesquisa e a metodologia para ela escolhida é, entre outras, contribuir para que sujeitos recorrentemente estigmatizados tenham voz em nossos estudos – ou ao menos a consciência de que esta via é possível e está aberta. Em afinidade aos princípios feministas, acreditamos que, quando as pessoas começam a falar por si em contextos alternativos, elas estão mais próximas a reivindicar voz também no discurso público, a assumir o seu papel como cidadãs ativas. Um olhar possível às práticas de comunicação como estratégias de visibilidade observadas (e analisadas em capítulos vindouros) em campo seria esta própria reivindicação de voz, de fala, de expressão em uma sociedade que mais silencia e impõe representações modelares preconcebidas aos indivíduos e às situações. Aqui, não se trata de escrever sobre, mas, em um exercício contínuo de negociação, escrever com os jovens pesquisados/participantes.

⁷² Tradução livre do original: “We must, then, disclose to readers our balancing act; they need to be able to see how we have allowed research participants to define issues in their own terms, and to represent their individual interests, while simultaneously showing how such issues are affected by the social, cultural and economic forces that shape participants’ life experiences.”